



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

ELANE ROCHA ANDRADE

**PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS DO PAU SECO E
TABULHEIRO DA SANTAPROTAGONISMO DAS MULHERES
RURAIS**

AMARGOSA – BA

2023

ELANE ROCHA ANDRADE

**PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS DO PAU SECO E
TABULHEIRO DA SANTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Ênfase em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi

AMARGOSA – BA

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELANE ROCHA ANDRADE

PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ana Cristina Nascimento Givigi

Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a. Dra. Maíra Lopes dos Reis

Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a. Me. Cheirla dos Santos Souza

Maria Balbina dos Santos (Mam`eto Kafurenga)

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais a minha irmã e ao meu
filho:

Maria Romana Rocha Andrade

João Andrade

Tamille Rocha Andrade

Gabriel Rocha Andrade Rodrigues

AGRADECIMENTOS

O que não me faltam são motivos para agradecer, pois foram anos de muitos desafios, que só foram superados através de determinação, resistência, coragem, perseverança e vontade. Pude contar com o apoio de pessoas imprescindíveis para minha formação e para a minha permanência no curso que, por vezes, incentivaram e depositaram em mim confiança para que eu pudesse concluir a minha graduação.

Por ser da primeira turma em Educação do CFP – UFRB, os nossos desafios foram inúmeros e a turma foi construindo, junto com o colegiado do curso, o fazer pedagógico dessa metodologia desafiadora que é a Pedagogia da Alternância, na qual o LEDOC se materializa. Então, agradeço ao Colegiado por ter aceitado esse desafio junto com os discentes da LEDOC.

De forma muito carinhosa agradeço a minha mãe apelidada afetivamente de Florzinha. Ela que também é licenciada em Educação do Campo pela UFBA, incentivou-me de forma honrosa, com seu exemplo, durante 25 anos de professora de classes multisseriadas. A todo tempo me incentivava e me cobrava para que eu pudesse ser uma discente que vive a Universidade com seus ônus e bônus. Agradeço também ao meu pai que da sua forma meio rude me apoiou e contribuiu com a minha formação. Sendo agricultor familiar foi, por muitas vezes, meu parceiro nas atividades acadêmicas do Tempo comunidade.

Agradeço também a minha irmã, ela que é minha amiga, parceira e diariamente demonstra carinho, admiração com muita generosidade. Ao meu filho que soube compreender os meus momentos de ausências no período do Tempo Universidade e com sua compreensão me fortalecia e me dava forças pra continuar.

Na minha caminhada como universitária eu conheci uma mulher incrível que cada vez que eu tinha a oportunidade de estar com ela e de participar de suas aulas, palestras ou oficinas mais a minha admiração crescia e hoje é minha mãe ancestral Nengwa Matambalê e, para comunidade acadêmica, a professora Dra. Kiki Givigi. Agradeço pela paciência, por não ter desistido de mim, mesmo tendo motivos. Muito pelo contrário, Mãe Matambale disse que era possível e segurou na minha mão e fizemos essa caminhada juntas. E a partir de um convite feito pela Prof. Kiki participei da Vivencia no Terreiro Caxuté, lugar que entrei e nunca mais sai. Hoje sou iniciada no candomblé Bantu indígena tenho um cargo na casa Sou Makota filha de Taaeto N`Lembar Dilê minha digina Lendalunda. E essa caminha no Terreiro

Caxuté e na Nzo Matambalé se dá também pela acolhida de cada irmão de nkise que me acolherem e me ensinaram e é um espaço que continuou aprendendo. Muita gratidão a Mam`eto Kafurenga a nossa matriarca, mulher e também acadêmica criadora da pedagogia do terreiro uma grande professora e mãe de tantas filhas e filhas.

Agradeço imensamente aos amigos amigas e colegas da LEDOC, em especial minha amiga e Michele Alves, que muito contribuiu com a minha escrita deste trabalho e de todos os outros que fizemos juntas. Michele é uma amiga que a UFRB me deu e que eu levo para a vida. Vivemos momentos felizes e de tristeza juntas, uma apoiando a outra, aconselhando, sendo cúmplices e confidentes.

À Nagila Souza Andrade, o meu muito obrigada, durante minha trajetória acadêmica tive o privilégio de conhecê-la e passamos momentos de luta e de construção da LEDOC, nos divertimos, rimos e discordamos, mas sempre juntas. Apelidamos carinhosamente Naja e aprendemos a respeitar o espaço uma da outra e, conhecemos através dela, um pouco da cultura sertaneja e a sua experiência em uma EFA – Escola Família Agrícola, assim nos deu forças e suporte para, apesar de ser a mais nova, também muito sabia e muito aguerrida.

Deste modo, agradeço também as todas as amigas do AP7, Saadia, Raniele, Crislayne, Ariane, Daniane, Luciane e Jaimilson. Foram pessoas com as quais convivi diariamente, numa relação de amor e de desafio constante com tantas diferenças, pois cada uma vinha de região e estado diferente e fomos unidos pela licenciatura, e, com isso, os conflitos eram eminentes, mas no fim sempre nos entendíamos e juntos formávamos uma relação de resistência e de incentivo, dizendo sempre que todos nós chegaríamos juntos até o final da graduação.

Durante a graduação tive muitos professores e professoras e, muitos deles, militantes da Educação do Campo. A elas e a eles os meus agradecimentos por terem compartilhado de seus conhecimentos e de terem passado para mim o desejo pela Educação. Com suas especificidades nos ensinaram a pensar, a refletir e agir nos momentos em que convivemos em sala de aula e fora dela também. Meus agradecimentos são para eles e elas: Carlos Adriano da Silva Oliveira, Máira Lopes dos Reis, Raul Lomanto Neto, Marcia Luzia Neves, Terciana Vidal Moura, Fabio Josué Souza dos Santos, Élcio Rizério, Gilsélia Macedo Cardoso Freitas, Kiki Givigi, Franklin Plessmann e Tiago Rodrigues.

Agradeço também à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a todos os meus colegas de trabalho que, durante a minha ausência, sempre compreenderam que eu estava em um processo de formação e construção do conhecimento e a cada retorno eram sempre receptivos. De modo especial eu agradeço a Joelma Araújo, ela que sempre me motivou e nunca mediu dificuldade cada vez que eu solicitava o afastamento.

ANDRADE, Elane Rocha. **PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS**. 77fs.il.
2023.Monografia (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, 2023

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada com grupos de mulheres agricultoras familiares assessoradas pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). A pesquisa surge a partir do desejo de compreender melhor o desenvolvimento do Grupo de Mulheres em Progresso e o Grupo de Mulheres Cozinha Solidária do Tabuleiro da Santa, em Pau Seco, Mutuípe/BA e São Miguel das Matas/BA, respectivamente. O objetivo principal deste trabalho foi compreender como as escolhas políticas e produtivas das mulheres agricultoras familiares da comunidade de Tabuleiro da Santa e Pau Seco – expressas em construção de autonomia - interferem e orientam a produção na agricultura familiar em sua comunidade. Além disso, temos como objetivos específicos entender como se dão as relações de gênero na família, entender a importância da agroecologia para essas mulheres, entender a importância do trabalho das mulheres na organização produtiva local. Para atingir os objetivos construímos entre os anos de 2018 a 2022, uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter participante. Também nos utilizamos da pesquisa bibliográfica, de campo e documental. Analisamos as fontes primárias e secundárias dos projetos desenvolvidos pela. A imersão em campo se deu junto a vinte mulheres, observando e analisando as relações de gênero e trabalho e as respectivas mudanças entre as hierarquias de gênero que aconteceram após a compreensão das mulheres sobre seus direitos na organização produtiva. A agroecologia, enquanto projeto social no campo constituiu-se em espaço educativo para o autorreconhecimento e reposicionamento de mulheres da agricultura familiar, sobretudo as negras, mais exploradas e violadas no contexto do campo. O referencial teórico se constitui por Ângela Davis (1944), Paulo Freire (1967), Laura de Biase (2010), Guzmán (2000), Gliessman (2000), Sueli Carneiro (2001). Como resultados de pesquisa podemos também afirmar que a organização política das mulheres permitiu a elas o avanço que tiveram a partir da formação e dos espaços de organização que elas compõem.

Palavras-chave: Feminismo, Agroecologia e Educação

LISTA DE SIGLAS

- ATER** – Assessoria Técnica e Extensão Rural
- CAR** – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- CFP** – Centro de Formação de Professores
- EFA**- Escola Família Agrícola
- FADOC** – Fundo de Apoio a Organizações Comunitárias
- FAE** - Fundo de Apoio Estratégicos
- FASE**- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFF**- Instituto Fernando Filgueiras
- LEDOC**- Licenciatura em Educação do Campo
- MST**- Movimento Sem Terra
- ONG**- Organização não Governamental
- PAA** –Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAE** –Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNHR**- Programa Nacional de Habitação Rural
- SAAP** - **Setor** de Análise e Assessoria a Projetos
- SENAR**- Serviço Nacional de Aprendizagem
- SOLSOC**- Solidarité Socialiste
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- UFRB** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização Território Vale do Jiquiriçá – Bahia.

Figura 2. Trabalho da mulher

Figura 3. Estabelecimentos femininos

Figura 4. Empreendimento agropecuários

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAMINHOS METODOLOÓGICOS	18
2.1 VALE DO JIQUIRIÇÁ - UM ESPAÇO GEOGRÁFICO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO.	<u>19</u> <u>18</u>
2.2 DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO DA PESQUISA.....	22
2.3 TERRITÓRIO	<u>24</u> <u>23</u>
2.4 CAMINHOS PERCORRIDOS	<u>26</u> <u>25</u>
3.CONTEXTO DA PESQUISA	<u>30</u> <u>29</u>
3.1 HISTÓRICO DA FASE	<u>30</u> <u>29</u>
3.2 A RELAÇÃO DA FASE COM OS GRUPOS DE MULHERES	<u>32</u> <u>31</u> <u>30</u>
3.3 HISTÓRICO DO GRUPO MULHERES EM PROGRESSO.....	<u>35</u> <u>34</u>
3.4 HISTÓRIA DA COZINHA SOLIDÁRIA DO TABULEIRO DA SANTA	<u>38</u> <u>36</u>
4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AGRICULTURA FAMILIAR	<u>40</u> <u>39</u>
5. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E GÊNERO	<u>52</u> <u>50</u>
5.1 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	<u>53</u> <u>51</u>
5.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO	<u>59</u> <u>57</u>
5.3 AGROECOLOGIA	<u>61</u> <u>59</u>
5.4 SOBRE GÊNERO	<u>65</u> <u>63</u>
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	<u>70</u> <u>68</u>
7. REFERÊNCIA	<u>73</u> <u>70</u>

1. INTRODUÇÃO

As relações de gênero elas são construídas a partir das diferenças sexuais e não são naturais, são criadas pela sociedade e não se apresenta sempre da mesma forma, as relações de gênero se modificam dependendo da época, do lugar dos costumes, variando de acordo as leis, a religião e a família. As relações de gênero se dão também dentro de uma sociedade de acordo com sua classe social etnia e idade, pois todas as mulheres compartilham da opressão da violência e da discriminação.
(GOUVEIA, 1997).

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada com grupos de mulheres agricultoras familiares dos municípios de Mutuípe e São Miguel das Matas, o Grupo de Mulheres em Progresso, do Pau Seco e o Grupo de Mulheres Cozinha Solidária do Tabuleiro da Santa, respectivamente. Iniciei meu contato com estes grupos, através de um contrato de trabalho para prestar serviço de assessoria e monitoramento aos grupos fomentados pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), no Território do Vale do Jiquiriçá.

Sou uma das integrantes da equipe de funcionários da FASE. Que executa a política pública de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) território com financiamento pelo Governo do Estado, como também, desenvolve ações através de cooperação internacional voltados a defesa de direitos humanos e sociais. A partir desses financiamentos é definida as nossas ações nos locais em que são assessorados, como linha de regra as nossas atividades são realizadas através da Educação Popular, promovemos a agroecologia a segurança alimentar e nutricional e trabalhamos também com a defesa dos direitos das mulheres. Realizamos nas comunidades assessoradas: visita de assessoria técnica, reuniões de monitoramento, dias de campo, oficinas, diagnósticos e quando necessários construímos instrumentos de controle (regimento interno).

Parte das atribuições da equipe era assessorar os grupos de mulheres, dando o suporte técnico na organização social destes, apoio no acesso às políticas públicas, orientações com relação aos aparatos legais do associativismo, bem como acompanhar o desenvolvimento do projeto com a causa 04¹ da FASE, que discute mulheres enquanto sujeitos de direitos, através do seu programa Serviço de Análise

¹ As ações da FASE são divididas por causas, e cada regional em seu trienal define as estratégias a partir de cada causa independente de seus financiadores, a FASE Bahia atua nas causas dois e quatro. Causa quatro trata da “Organização das Mulheres como Sujeitos de Direitos”, atuando junto a trabalhadoras urbanas, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras e agroextrativistas, por meio do fortalecimento de grupos de mulheres, redes e fóruns.

e Assessoria e Projetos (SAAP), financiado pelo Fundo de Apoio Estratégico (FAE). No total, são dez grupos divididos nos dois territórios Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul.

Destacam-se destes, o Grupo de Mulheres em Progresso, da região do Pau Seco em Mutuípe, que discutiu violência contra mulher e o Grupo Cozinha Solidária, das Mulheres de Tabuleiro da Santa, de São Miguel das Matas, que buscava a construção de sua cozinha para incremento produtivo. Diante da riqueza dos temas discutidos entre os dois grupos e o seu desempenho diante da realização das atividades do projeto, nós começamos a prestar mais atenção neles.

Na convivência e assessoria, entendemos que as agentes que compõem os coletivos de mulheres constroem laços e vivem numa sociedade que ainda não reconhece devidamente a importância de seus trabalhos e de suas indagações, contudo essas são transformadas em pautas nos movimentos que as integra. Dizer também do seu trabalho desenvolvido diariamente em suas comunidades, tendo a agroecologia como base e se afirmando enquanto mulheres agricultoras familiares, sobretudo negras, tem se tornado um importante fator para a análise. Essas mulheres tiveram, por muitas vezes, seus sonhos podados e deixados em segundo plano por conta de seu gênero e raça.

O desejo da pesquisa surge a partir da curiosidade em refletir, de maneira mais cuidadosa, como vem se desenvolvendo esses dois grupos de mulheres, uma vez que eles nos apresentam questões instigantes e que careciam de ser melhor investigadas. Percebemos que, em ambos os grupos, as mulheres são as lideranças em suas comunidades, muitas delas são as fontes de orientação e encaminhamentos para as resoluções de problemas na associação ou grupo. Percebemos também que essas mulheres rurais começaram seu processo de formação política há algum tempo, mas os reflexos disso notam-se mais recentemente.

Nas nossas idas à campo percebemos como as mulheres tem reivindicado o reconhecimento de seu protagonismo em suas áreas de plantio, no gerenciamento de suas economias, bem como na tomada de decisões das coisas práticas das atividades domésticas. Sabemos que os homens detêm muito poder de decisão sobre áreas de produção para a comercialização, mas, em contrapartida, essas mulheres não trabalham nessas áreas com seus maridos como meras coadjuvantes.

“A sua área” é, o chamado quintal de casa, onde ela mesma faz o manuseio, transformando-a em espaço de produção da horta, das plantas medicinais, da

criação de galinha, das flores, de espécies frutíferas e, isso tudo se dá de forma agroecológica. Uma agroecologia que não leva em conta apenas a forma de produção, mas que entende os sujeitos como protagonistas e capazes de contribuir com o desenvolvimento do seu coletivo, com aquilo que elas sabem e são capazes de fazer. Fica então exposta a questão das hierarquias quando nos deparamos com a importância dada ao trabalho das mulheres no campo. Diz Laura Biase (2010 p.22):

Portanto, para uma agroecologia plena, deve-se focar o fortalecimento dos princípios da hierarquia e gênero que fundamentam a ordem camponesa. Sugere-se, finalmente, como estratégia de ação agroecológica, a valorização dos espaços femininos do sítio, através do envolvimento das mulheres camponesas na elaboração de projetos de agroecologia. As mulheres, como representantes dos espaços endógenos – da família, da alimentação, das sementes – têm muito a oferecer no processo de construção da autonomia, reciprocidade, assim como, dos aspectos morais tradicionais, distanciados da lógica de maximização dos lucros. (BIASE, 2010, p.22)

As mulheres no espaço do quintal de casa e na sua roça conseguem colher alimentos que contribuem para a segurança alimentar de suas famílias, bem como comercializar o excedente de sua produção, com a utilização de práticas agroecológicas, através do manejo, adubação e controle de pragas com os insumos orgânicos. Da mesma forma, o trabalho feminino altera hierarquias assentadas na construção da questão agrária brasileira, promovendo um desvio potente ao debate no que tange às formas de produzir e à relação com a terra. Entretanto, essas alterações produzidas são naturalizadas como um 'serviço de mulheres', desvalorizando seu trabalho.

(...) o quintal é um espaço não apenas caracterizado por fenômenos biológicos, mas também sociais e culturais, que refletirão as necessidades e interesses contingentes a um grupo. Quanto espaço social, o quintal mobiliza diferentes significantes e sentidos de uso e filosóficos para as famílias agricultoras (OLIVEIRA e PINILLA, 2019, p.127).

Historicamente, as mulheres se dedicaram aos cuidados da saúde e alimentação de suas famílias, com a proximidade da casa, elas são as responsáveis pela implantação e manejo dos quintais, sendo um espaço também de autonomia. São as mulheres que decidem o que plantar e quando plantar, pois é um território de domínio feminino. O quintal é composto, diverso e possui uma organização de plantas da biodiversidade que vai da alimentação, comercialização e cuidado com a saúde ao jardim. Como diz:

Para as mulheres rurais, o quintal é o espaço de vivência, dos encontros, das tarefas cotidianas, dos afetos, da beleza da vida, do alimento para os filhos, das flores que fazem a vida mais leve e mais bonita, das pequenas delicadezas, dos animais que de manhã esperam alguém acordar para receber o alimento, a primeira imagem que enxergam ao abrir a porta de casa e começar o dia. Ou ainda, é o espaço da possibilidade e concretude da autonomia, de ressignificar o trabalho e fortalecer o ser mulher e ser agricultora. (OLIVEIRA e PINILLA, 2019, p.132).

Outro fato relevante, que conseguimos perceber facilmente, é que a maioria das mulheres são negras, o que as coloca numa condição de luta, pois ser mulher agricultora familiar é desafiador e ser mulher negra e rural tem um peso ainda maior. Sabemos como a sociedade é perversa com as mulheres, e isso se aprofunda gravemente quando, além de mulher, somos negras. A sensação que temos é que nas nossas palavras não existe verdade, que as nossas reivindicações precisam ser comprovadas, verificando se há relevância ou necessidade. Como se as nossas pautas precisassem de uma comprovação.

Durante nossas visitas a campo, sentimos que essas mulheres fazem as suas solicitações, no entanto, parecem não acreditar que suas demandas serão ouvidas. Percebemos quanto estão descrentes e, pelo fato de serem pouco ouvidas, têm mulheres que preferem se calar e deixar que outras mulheres falem.

Um das estratégias que as mulheres do Território do Vale do Jiquiriçá têm utilizado é o engajamento nos movimentos e organizações sociais. É perceptível como, cada vez mais, as mulheres têm conquistado espaços nas associações, nos sindicatos, nas cooperativas e como as mulheres tem se mobilizado e formado seus coletivos, favorecendo a tomada de decisões próprias. E a agroecologia tem dado este suporte metodológico, por seu caráter sistêmico e multidisciplinar. Diz Biase:

Portanto, a agroecologia se diferencia dos demais movimentos de “tecnologia alternativa” principalmente pela abordagem “sistêmica”. Considera a necessidade de intersecção entre as diferentes ciências naturais e sociais para compreender a inter-relação entre os processos ambientais, econômicos e sociais. Além de ser um enfoque teórico-metodológico transdisciplinar, compreende a importância do fortalecimento do “tradicional” para estabelecimento de relação com o “novo”. (BIASE. 2007, 41p)

A agroecologia tem uma relação muito próxima com as mulheres, indicando o cuidado com a vida, dessa forma entendemos a importância da mulher na agricultura em nossos territórios, a importância de ambas na produção e na reprodução da vida.

Diante dessa caminhada nos grupos citados construímos este projeto de trabalho de conclusão de curso com o *objetivo de compreender como as escolhas políticas e produtivas das mulheres agricultoras familiares da comunidade de Tabuleiro da Santa e Pau Seco – expressas em construção de autonomia - interferem e orientam a produção na agricultura familiar em sua comunidade*. Além disso, temos como objetivos específicos entender como se dão as relações de gênero na família, entender a importância da agroecologia para essas mulheres, entender a importância do trabalho das mulheres na organização produtiva local.

Propusemo-nos, através da pesquisa de abordagem qualitativa, a realizar a análise documental, (documentos utilizados para seleção dos projetos e durante e execução do projeto: carta convite, critérios de seleção, edital, projetos, fichas de monitoramento e e-mails) para efetivação do diagnóstico histórico dos grupos e das instituições que colaboram com essa construção e com o desenvolvimento das ações ao longo do projeto. Realizamos também a pesquisa bibliográfica, para compreender o processo histórico e a espacialidade, como também, acessamos as mulheres do grupo, por meio da observação participante, rodas de conversa e anotações das visitas em diário de campo.

A presente monografia apresenta o resultado deste trabalho. Nesse sentido, esta monografia está estruturada da seguinte forma: esta introdução seguida de um capítulo de apresentação da metodologia, onde descrevemos o contexto da pesquisa, a localização dos grupos de mulheres e os respectivos municípios, mostrando os aspectos gerais do Território do Vale do Jiquiriçá. Na sequência, a descrição dos sujeitos pesquisados. No decorrer desta obra, abordaremos de forma mais clara e detalhada a importância da assessoria técnica e da organização social (Feminismo, Agroecologia, Sociedade e Educação) no processo de empoderamento das mulheres, bem como forneceremos um histórico abrangente dos grupos de mulheres, desde o surgimento desses movimentos até os dias atuais.

Dentro do contexto do feminismo e da agroecologia. Esses quatro pilares desempenham um papel fundamental na trajetória das mulheres, influenciando suas vidas não apenas através da participação em coletivos, mas também na sua capacidade de transformar suas realidades.

Abordaremos também a relação entre as mulheres e seus territórios, analisando como essas conexões impactam a formação dos indivíduos. O território é visto como um espaço de construção social, onde uma cultura local é formada. Historicamente,

esse espaço foi marcado por relações sociais que reforçaram hierarquias de poder baseadas no sexo e na economia. Isso demonstra como o patriarcado é mantido e perpetuado na prática cotidiana dos Indivíduos.

Coloco nessa pesquisa não apenas como pesquisadora mais também como uma mulher preta do campo, que com muita coerência busca compreender de forma mais aprofundada a partir da pesquisa qualitativa a experiência de dois grupos de mulheres agricultoras familiares.

Enquanto estudante, que chegou na universidade no segundo semestre de 2013, compondo a primeira turma da Licenciatura em Educação do Campo do CFP – UFRB em Amargosa, buscando entender a Pedagogia da Alternância, a pesar de ser integrante do movimento social sindical essa pedagogia era nova e muito motivadora. Posso dizer que viver a Universidade em sua íntegra, durante toda a turma desenvolveu a militância e a vida acadêmica desde a participação nas aulas realizações de seminários como as assembleias estudantes com ocupações e greves, fizemos também a extensão através do tempo comunidade e o PIBID Diversidade.

Disse a minha orientadora e mãe de N`kise, a professora Kiki, que quando iniciei a graduação eu já tinha claro o meu tema de pesquisa “Gênero e Agroecologia”, e quem me deu esse tema não foi a graduação, foi a minha vivência e a minha militância. Pois, já chegamos na Faculdade com um acúmulo e vivência de nossas trajetórias e na graduação vamos lapidando ao longo da formação para se tornar uma professora da escola do campo, aprendendo a valorizar, respeitar e enaltecer a trajetórias de um povo resistente e trabalhador. Assim convido a você a conhecer um pouco dessa pesquisa, começando pelo território e chegando até as comunidades.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta monografia é fruto de pesquisa com uma abordagem qualitativa, de caráter participante, que se utiliza também da pesquisa documental, bibliográfica e de campo para construir os dados. Utiliza-se também das rodas de conversa e diários de campo durante as visitas. Tais informações foram sistematizadas e analisadas à luz da literatura, e finalizadas com os resultados obtidos na pesquisa.

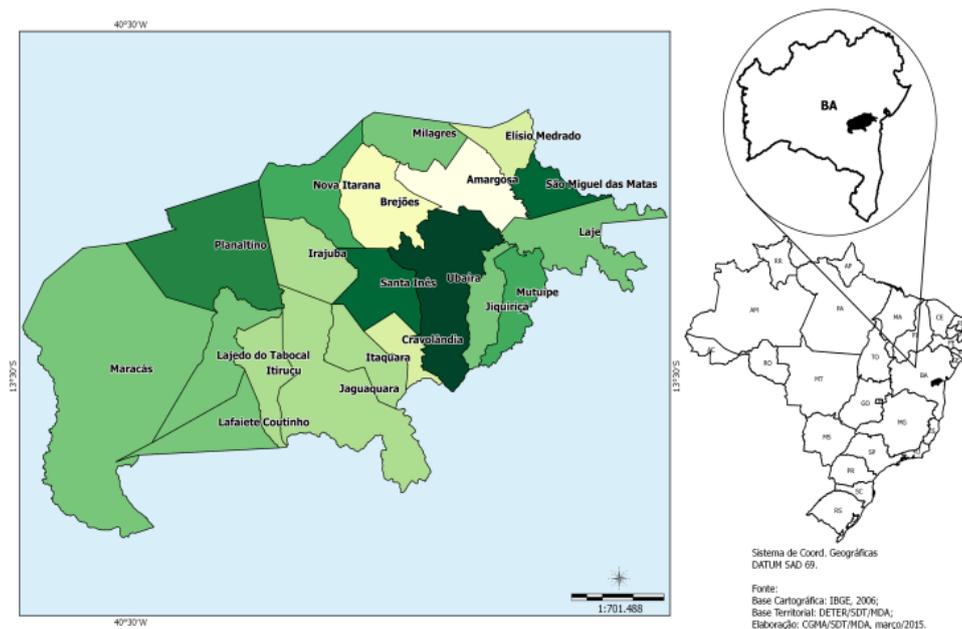
Neste contexto, através da pesquisa qualitativa e, elencando alguns procedimentos metodológicos, que buscamos analisar e compreender como o processo de formação do Território Vale do Jiquiriçá configurou historicamente as relações cotidianas das famílias camponesas ali existentes e as relações de dominação econômica e concentração fundiária, próprias deste território.

Nesse capítulo nos dedicaremos a apresentar brevemente o recorte espacial da pesquisa cujo fruto é esta monografia, o porquê da escolha da temática e os principais aspectos do caminho metodológico percorrido.

2.1 Vale do Jiquiriçá - Um espaço geográfico socialmente construído.

O Território Vale do Jiquiriçá agrega uma população de 313.678 habitantes (IBGE, 2010), universo que representa 2,24% da população baiana, sendo que 134.176 indivíduos estão localizados na área rural e 179.502 na área urbana. Outra característica é que a população se encontra irregularmente distribuída pelos 20 municípios considerados de pequeno porte, sendo que apenas cinco superam o patamar dos 20.000 habitantes: Jaguaquara (51.019 hab.), Amargosa (34.340 hab.), Maracás (24.615 hab.), Laje (22.206 hab.) e Mutuípe (21.466 hab.), (IBGE 2016)².

Figura 1. Localização Território Vale do Jiquiriçá – Bahia.



Fonte: Base cartografia IBGE 2016

² [caderno_territorial_188_Vale do Jiquiriçá - BA.pdf](#)

O Vale do Jiquiriçá é caracterizado também por altos índices de concentração da terra e por baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social com base na Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária (Geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br). Este índice no Território Vale do Jiquiriçá varia entre 0,685 e 0,908, de forte a extrema concentração fundiária, situação da presença marcada de agricultores familiares com pequenas áreas de terra, combinada com uma alta concentração da terra pela agricultura patronal. Supõe-se que esse processo ocorreu na colonização do Vale, por famílias que passaram a ocupar as terras devolutas.

Considera-se, de antemão, que esse processo foi condicionado pela expansão das fazendas de pecuária e a aquisição das propriedades menores pelos grandes proprietários, em função do abandono do café e a consolidação de fazendas de cacau pelos segmentos mais dinâmicos.

Houve um processo claro de minifundização, com a proliferação de pequenas propriedades, que aumentaram em número, enquanto diminuíram em área. Esse é um processo que se deu através da divisão hereditária contínua das propriedades, resultando em grande participação hoje de propriedades pequenas e, por vezes, muito pequenas. (PTDRSS 2017, p. 55)

O Vale de Jiquiriçá se caracteriza pela socio biodiversidade, resultado da variação pluviométrica e de altitude, com zonas de Mata Atlântica e Caatinga, com área de transição entre esses biomas, além da ação humana marcada pelo desmatamento e pela substituição da vegetação original por pastagens. É neste território que a Fase tem desenvolvido seus trabalhos e tem intensificado suas ações ao longo dos anos. Neste sentido, em 2012, iniciou um trabalho diretamente com grupos de mulheres, por perceber o potencial organizativo que estas possuem e, muitas vezes, é invisibilizado ou diminuído.

Para iniciar as atividades nas comunidades que a FASE presta assessoria técnica, foi feito previamente uma reunião com os Sindicatos da base do POLO Sindical da Região de Amargosa e os sindicato indicou comunidades em que, já se organização em associação ou grupos informais para produção. A maioria desses grupos descende as organizações religiosas em sua maioria da Igreja Católica.

Deste modo, o SAAP é um programa específico da FASE, que investe na auto-organização de novos sujeitos sociais coletivos, principalmente mulheres e

jovens e apoia pequenos projetos com diferentes enfoques, cujo protagonismo seja popular. Os pequenos projetos apoiados são aqueles que servem de estímulo para ampliar as capacidades locais em favor de causas sociais.

Outra característica marcante deste território são os movimentos sociais e sindicais que tem se organizado para que as desigualdades sociais sejam amenizadas e transformadas, na busca da garantia de direitos e para a implantação de políticas públicas. Utilizam a educação como aliada aos movimentos, e as pedagogias educativas como metodologia das organizações da sociedade civil, no processo de formação política. A educação popular, exercida como prática educativa tem sido aliada no processo de formação política dos sujeitos, levando-os a refletir e a entender seus direitos como cidadãos.

A Educação Popular foi concebida, elaborada e constituída, ao longo da história, por meio da ação-reflexão-ação. Não foi uma teoria que criou a prática, nem a prática que criou uma teoria. Ambas, na vivência educativa, foram determinantes para a concretização de uma práxis pedagógica. Essa práxis, originada do povo e para o povo, nasceu nos movimentos sociais populares e, por sua vez, ocupou os espaços institucionais. Nesse sentido, entendemos a Educação Popular como uma concepção geral da educação e não, simplesmente, como educação das populações empobrecidas ou “educação não formal”. Educação Popular é educação para todos. (HADDAD, 2015, p.15).

A educação popular em sua trajetória traz experiências históricas de enfrentamento ao capital, com a premissa de trazer o protagonismo dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade, visando a transformação social.

Desse modo, a educação popular no Brasil, embora tivesse como objetivo único a mobilização dos oprimidos no sentido de superar a situação generalizada de opressão, caracterizou-se por diferentes práticas socioeducativas conforme a visão de mundo que adotavam os seus agentes e o seu campo de influência e opção política. Mesmo tendo orientações diversas, a educação popular sempre foi tida pelos setores conservadores como algo a ser combatido, pois ela representou a ação social e política mais consequente das esquerdas junto aos setores subalternos e à sociedade em geral, uma vez que, resultava em tomada de consciência, organização de base e construção de uma força popular revolucionária. (NASCIMENTO, 1986 p. 61)

Esta experiência é observada pela Fase e ajuda a entender as ações estratégicas construídas por mulheres em seus grupos. Aqui no Brasil temos em Paulo Freire uma grande referência de Educação Popular, e que possui uma vasta literatura, nos proporcionando o acesso a várias leituras que muito contribuíram para a educação das classes subalternizadas e continuam contribuindo para a formação e educação das populações e suas minorias. No livro “Educação como prática da Liberdade, Paulo Freire (1967) diz:

Uma educação que possibilitasse discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 1967, p. 90).

Ou seja, falamos de uma educação que ‘revira’ o estabelecido em favor das elaborações dos/as pobres e oprimidos/as. A partir dessa lógica de pensamento os movimentos sociais se forjaram na luta e na formação de sujeitos com consciência de classe e dispostos a lutar pela transformação da sociedade. Uma Educação Popular, na perspectiva freiriana, constitui-se como uma proposta educativa, voltada para a necessidade de construção de uma consciência crítica do indivíduo em relação à realidade em que está inserido, no sentido de torná-lo um sujeito ativo na construção e transformação desta realidade e, na intenção, não de inseri-lo no mundo, uma vez que dele nunca deixou de fazer parte, mas, de fazer-se “reconhecer a ele mesmo e aos outros, enquanto homem e enquanto cidadão, como parte integrante deste, e indispensável na dinâmica das relações sócio, político-culturais existentes nele (FREIRE, 1981, p. 87). É com este afinco, e compromisso social que os movimentos sociais iniciaram suas trajetórias a partir dessa metodologia abordada pela Educação Popular.

Falar dos movimentos sociais e educação popular também é falar de mulheres, elas que construíram os movimentos sociais nesse território e que continuam nesse processo frente aos movimentos e organizações da sociedade civil. Em um território constituído, em sua maioria, por mulheres que buscam constantemente ocupar seus espaços importantes na sociedade, desta forma, encontramos mulheres líderes sindicais, presidentes de associações e cooperativas. E, ao mesmo tempo, percebemos que as políticas de garantia de direitos das mulheres são fragilizadas e, temos tantas mulheres, diariamente com seus direitos violados e sendo violentadas das mais diversas formas.

2.2 DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO DA PESQUISA

O desejo em pesquisar sobre os grupos de mulheres assessorados pela FASE parte da minha proximidade com os grupos, bem como de pesquisas sobre/com mulheres realizadas no decorrer do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias. Meu interesse cresce ao acompanhar o desenvolvimento dos projetos, junto aos grupos de mulheres, que se iniciou em no final de 2011, quando se planejou o início de trabalhos com as mulheres no território e no ano de 2012, quando de fato aconteceu a seleção dos grupos e os trabalhos de formação com os grupos de Mulheres.

A socialização das mulheres rurais em organizações coletivas é capaz de influenciar na construção de identidades de gênero e na socialização com potencial de redefinição de aspectos relativos à identidade social e às diferenças sexuais. Essa organização em grupos também ajuda a instituir, ao longo do tempo, papéis e significados distintos daqueles que são normativos, sobre o que se espera socialmente de uma mulher e de um homem.

A construção social das disputas binárias é validada e perpetuada ao longo do tempo, através das relações sociais e das estruturas objetivas, que hierarquizam mulheres e homens. As intervenções do estado, através das políticas públicas, podem alterar os modos de vida das mulheres, levando-as a pensar em sua auto-organização. A socialização das mulheres rurais, ao ser vivenciada nas associações, na igreja e nos grupos produtivos, gera a apropriação das condições sociais oriundas da classe, raça e gênero as quais pertencem.

Todavia, com distintos espaços de socialização o processo sucessivo de edificação e reconstrução da identidade da mulher em organizações coletivas poderia se constituir como importante espaço de participação e de demonstração de experiências, tendo elas a oportunidade de assimilar diferentes valores e normas de comportamento. Tais mudanças também ensejam a percepção da condição racial e das diferenças em ser mulher negra ou indígena neste país.

Ser mulher negra e mulher no Brasil é ser objeto de discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a coloca no nível mais alto de opressão. Com certeza, as mulheres negras são mais cruelmente expostas às violências, mesmo quando falamos das relações de dominação sexual, social e econômica, uma vez que são àquelas mais pobres na sociedade. Seus corpos estão expostos ao maior índice de violências.

A agroecologia considera o corpo das mulheres também como um território a ser defendido, por isso ações de gênero junto às mulheres da agricultura familiar interferem na vida de toda comunidade. Assim, ao pesquisar os grupos de mulheres intervimos em um conjunto de relações políticas que desenham também relações de poder vividas através do gênero, da raça e da classe.

No Brasil, as mulheres do campo enfrentam mais restrições do que os homens no acesso à terra, água, sementes, tecnologias, créditos e assistência técnica. Elas também são discriminadas no mercado de trabalhos rurais e são as responsáveis pela maior parte do trabalho não remunerado, já que ficam também à frente dos cuidados de suas casas, dos filhos e de afazeres domésticos. Além de serem as maiores vítimas de violência e exploração sexual em decorrência da instalação de projetos de desenvolvimento. E há uma tendência do aumento da violência contra as mulheres no campo, em especial por causa de conflitos pela terra, água e por defenderem territórios indígenas, quilombolas e outro. (CPT 2018, p.86)

Pelo fato de ter uma relação estabelecida com os grupos de mulheres, no primeiro momento fiz contato por telefone, informando do meu desejo de fazer o trabalho de conclusão de curso sobre os coletivos de mulheres e logo, em 2018, agendei uma data com as coordenadoras dos grupos para explicar do projeto e como seria realizada cada etapa. Em colaboração com minha orientadora, desenvolvi um questionário com o objetivo de levantar informações sobre a situação dos grupos e confirmar o número de mulheres ativas. Realizei a aplicação do questionário e retornei à campo diversas vezes para coletar mais dados e observar as ações dos coletivos. Durante esse processo, a metodologia de pesquisa que me permitiu coletar informações mais detalhadas e compreender melhor a realidade dos grupos. Com base nos dados coletados, pude identificar tendências e padrões que ajudaram a orientar minha pesquisa, portanto, dessa metodologia construída no percurso.

2.3 TERRITÓRIO

O território também é o espaço de construção social e de formação cultural de uma localidade, onde este território historicamente construído determina as relações sociais de gênero e de poder. As discussões sobre território demonstram como o patriarcado se mantém e se perpetua vivo na cultura, nos valores e na prática cotidiana dos sujeitos, uma vez que é um espaço constituído pela disputa de poder. Esta disputa é o que determina as regulações sobre o espaço:

Território é uma construção social, fruto das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, bem como das relações de poder que se estabelecem entre os diferentes atores envolvidos na sua produção e gestão" (SANTOS, 2002, p. 105).

O território abriga a materialização das ações humanas, e o homem se projetou na forma de detentor do poder, sempre com a presença marcante do exercício do trabalho. Esse poder foi gerado a partir de uma construção em que o sentido conotativo de prisão é bem oportuno. O território como prisão que os homens constroem para si remete à noção de ordenamento e regulação que distingue os de dentro e os de fora. O "nós" do território e os "outros" não pertencentes a ele, criando uma distância e um estranhamento com o diferente, deixando o diferente numa situação de desconforto e de marginalização.

O território também é segurança, por acharem que o espaço aberto é perigoso. Produz-se território como prisão devido à necessidade da construção de um entendimento específico de mundo em detrimento do desconhecido que está fora do território, isto é, além de suas bordas. Isto se processa em meio ao cotidiano das coisas conhecidas e produzidas desde o indivíduo, como forma de manter o controle e não permitir que "os seus" tenham conhecimento do desconhecido e assim manter o controle que exerce sobre eles. Como diz Heidrich (2009):

Um outro aspecto importante na compreensão dessa relação é o fato de que ela ocorre em diversas escalas geográficas, que variam do âmbito da ação do indivíduo ao âmbito da ação das sociedades políticas, mas sempre estará ligada à objetividade de um ator. Tanto o domínio territorial do estado como o cerceamento e uso de pequenas porções de espaço, dizem respeito a essas relações. Como derivam de ações sociais, a elas poderão estar associadas ao desenvolvimento de concepções pertinentes ao domínio e ao uso (HEIDRICH, 2009, p. 275).

A reflexão que o autor faz, nos leva a compreender que as relações de poder limitam o espaço a partir de sua lógica. Numa sociedade binária, centrada no poder masculino, os homens circulam com menos regulação configurando limites de gênero à vida das mulheres e dos femininos (pensando em todas as identidades de gênero). A figura masculina se sobrepõe a vários outros espaços no território, nas relações sociais e econômicas esse poder também é muito forte, criando hierarquias. Isso ocorre de forma cultural e histórica, e as mudanças ao longo dos anos devem-se aos movimentos sociais e de identidade que se fortalecem a partir da década de 80 no Brasil. Porém, nas comunidades rurais essas mudanças

também ocorrem, no entanto, de forma muito mais lenta que nos espaços urbanos, o que nos deixa otimista é que esta realidade nas comunidades tem mudado também.

O espaço não é apenas um recipiente da vida social, mas um produto dessa vida. Ele não é um objeto, mas um conjunto de relações que implicam simultaneamente objetos e formas de ação. O espaço é um conjunto indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e estes últimos se definem como uma forma de relação com os primeiros" (SANTOS, 2006, p. 50).

O Território é mais do que um mero recipiente da vida social, mas sim um produto dessa vida. A compreensão de que as relações sociais e ações humanas são fundamentais na construção do espaço, pois o mesmo é um conjunto indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações e também de interesses, pois evidencia que as coisas e as pessoas presentes no Território estão em constante interação, influenciando e sendo influenciadas mutuamente.

2.4 CAMINHOS PERCORRIDOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, de caráter participante, bibliográfica e documental, que se utiliza das rodas de conversa para coleta final de dados. Trata-se de construir dados para compreender como o processo de organização das mulheres do campo, sobretudo, dos grupos de mulheres "Cozinha Solidária, de São Miguel das Matas e Mulheres em Progresso, de Mutuípe", que foram historicamente constituídos nas organizações sociais, - interferem e orientam a produção na agricultura familiar em sua comunidade, no cotidiano das famílias camponesas ali existentes. Sobre a pesquisa qualitativa podemos ver:

A pesquisa qualitativa não se preocupa em descobrir verdades universais, mas sim em entender como os indivíduos constroem significados em suas vidas e em seus contextos sociais específicos. Trata-se de uma abordagem interpretativa e reflexiva que busca capturar a complexidade e a riqueza das experiências humanas (DENZIN e LINCOLN, 2005, p. 3).

A citação de Denzin e Lincoln sobre a pesquisa qualitativa ressalta a importância de compreender contextos ao invés de buscar por verdades universais. Essa abordagem interpretativa e reflexiva destaca a complexidade e a riqueza das experiências humanas, reconhecendo que as percepções, valores e crenças dos indivíduos são moldados por suas experiências de vida e pelas normas culturais e

sociais em que estão inseridos. Destaca-se ainda, a importância da pesquisa qualitativa na compreensão das complexidades e riquezas das experiências, configurando a qualificação dos dados construídos nas pesquisas. A 'qualidade' dos dados explica situações multideterminadas, as quais prescindem de serem entendidas como relações de causa e efeito. Os dados geram, portanto, relações entre significados colocados em pauta para entender uma situação e defini-la.

Por ser uma pesquisa qualitativa está em tela também é de caráter participante. Este tipo de pesquisa permite uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, promove ações coletivas e aumenta a participação cidadã, valoriza a perspectiva dos sujeitos da pesquisa.

Na observação participante, o pesquisador precisa estar imerso no contexto, perceber as nuances da situação observada, dialogar com os sujeitos e reconhecer o sentido das ações e falas dos sujeitos em seu próprio contexto (MARQUES 2016. p. 271).

A observação participante exige que o/a pesquisador/a esteja presente, interaja com os sujeitos e compreenda o sentido de suas ações e falas em seu próprio contexto. É abundante na realização de pesquisas qualitativas em educação, uma vez que essas pesquisas lidam com fenômenos complexos e multifacetados que exigem uma compreensão profunda e contextualizada. Ao estar imerso no contexto, o/a pesquisador/a pode perceber nuances que passariam despercebidas em uma observação distante e pode dialogar com os sujeitos para obter uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos estudados. No meu caso, por ser uma funcionária da FASE, estava diretamente ligada aos contextos que envolvem os sujeitos de minha pesquisa, implicando diretamente no engajamento ao processo de pesquisar.

Na pesquisa participante, o pesquisador está engajado diretamente na vida social e na ação comunitária, ao mesmo tempo em que pesquisa sobre elas. É uma pesquisa que pressupõe o diálogo, a interação e a colaboração entre pesquisadores e participantes, buscando construir conhecimento de forma compartilhada. (GROOPO, 2007 p. 158)

Luís Antonio Groppo nos leva a refletir sobre o papel do/a pesquisador/a na construção do conhecimento. Ao contrário de abordagens tradicionais de pesquisa,

onde o/a pesquisador/a se mantém distante dos sujeitos da pesquisa, na pesquisa participante, o/a pesquisador/a está engajado diretamente na vida social e na ação comunitária.

Essa colaboração pode levar a uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, uma vez que os/as participantes são vistos/as como parceiros/as no processo de pesquisa e pode ter um impacto positivo na vida social e na ação comunitária, uma vez que envolve os/as participantes no processo de pesquisa e pode gerar discussões e reflexões que contribuem para a compreensão e transformação da realidade social.

O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. “Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial” (GASKELL 2002 p. 63).

Ainda de acordo com as autoras Marconi e Lakatos “a escolha do tema pode ser originada da experiência pessoal ou profissional que o indivíduo tenha acerca de determinado assunto, através de estudos e leituras, ou até mesmo da analogia com temas de estudo de outras disciplinas ou áreas científicas” (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 45).

Para escolha de nosso tema levamos em conta a experiência profissional e política, mas tornou-se relevante investigação bibliográfica sobre o tema proposto. Assim, esta pesquisa também é bibliográfica porque utilizou-se de fontes como:

(...) documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122)

Tal pesquisa se deu de forma a utilizar-se de autores/as contemporâneos/as para consulta sobre o que havia de debate na área. Marconi e Lakatos (2010) afirmam que a pesquisa bibliográfica é:

Compreendida como uma pesquisa que abrange toda bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, ou até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais, filmes e televisão. (MARCONI E LAKATOS, 2010, p.183).

Outro procedimento adotado na construção deste TCC foi a pesquisa documental que coleta de dados que se encontram restritos aos documentos, o que se denomina de fontes primárias. Analisamos documentos da FASE: carta convite, edital, ofício com critérios de seleção, os projetos, fichas de monitoramento e e-mails. Como diz Triviños (1987 p.112):

Análise documental é uma técnica de investigação que se aplica a materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser revisitados, visando a um novo enfoque (TRIVIÑOS, 1987, p. 112).

Ao utilizar a análise documental como técnica de pesquisa, o/a pesquisador/a pode obter informações valiosas e detalhadas sobre o contexto em que o fenômeno estudado ocorre. A análise documental pode ajudar a identificar tendências, padrões e lacunas na informação, fornecendo subsídios para análises mais profundas e compreensão dos fenômenos estudados. A consulta de documentos da FASE foi devidamente autorizada, preservando-se aqueles que eram restritos às condições contratuais específicas.

A análise documental também possibilita a coleta de dados a partir de fontes secundárias, como registros escritos, audiovisuais e digitais. Através da análise desses materiais, é possível obter informações valiosas para a pesquisa, que podem contribuir para a compreensão de determinado fenômeno ou problema de pesquisa pode contribuir significativamente para a produção de conhecimento em diversas áreas do saber.

Por fim, utilizamos também a pesquisa de campo, para que pudéssemos nos apropriar de maiores informações dos grupos, bem como as especificidades que envolvem as comunidades em que os grupos estão localizados. Triviños, (1987 p.121): “pesquisa de campo ou pesquisa naturalista, porque o investigador atua num meio onde se desenrola a existência mesma, bem diferente das dimensões e características de um laboratório”.

Após a coleta de dados através das metodologias e procedimentos ditos anteriormente, inicia-se o processo de análise, a partir dos dados coletados nas visitas, nos documentos identificados, nas anotações de campo feitas durante a pesquisa.

Coleta de Dados num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e está, em seguida, é veículo para nova busca de informações. As ideias expressas por um sujeito numa entrevista, *verbi gratia*, imediatamente analisadas e interpretadas, podem recomendar novos encontros com outras pessoas ou a mesma, para explorar profundamente o mesmo assunto ou outros tópicos que se consideram importantes para o esclarecimento do problema inicial que originou o estudo. (TRIVIÑOS, 1987 p.156).

Tais processos nos levaram a compreender como se deu o processo da pesquisa e a apropriação das relações de gênero no território e perfil socioeconômico local que revela a fragilidade de uma parcela da sociedade.

Durante o processo de pesquisa, foram executadas várias ações para possibilitar a coleta de dados, a compreensão da realidade e o entendimento do objeto de estudo. Para isso, foi necessário realizar visitas aos grupos, participar de suas reuniões e acompanhar seus momentos de produção. Ao retornar do campo, registrei minhas observações e percepções do dia. Além disso, realizamos análise documental para entender como a FASE chegou à comunidade e como ocorreu a seleção dos grupos que foram assessorados. Durante todo o trabalho, foram feitas leituras de textos teóricos para subsidiar a pesquisa.

3.CONTEXTO DA PESQUISA

3.1 HISTÓRICO DA FASE

A FASE, fundada no ano de 1961, é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter educacional e de assistência social. A FASE é também uma ONG (Organização não Governamental), para a qual a Educação Popular é o centro do trabalho, que, por sua vez, tem sede em Salvador e atuação prioritária em alguns Municípios do Vale do Jiquiriçá e também do Baixo Sul da Bahia. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade democrática, por meio de alternativas de desenvolvimento que contemplem a inclusão social com justiça, sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais econômicos, culturais, ambientais civis e políticos, bem como assessoria a agricultores e agricultoras familiares com ênfase agroecológica.

Um das ações da FASE são as intervenções relacionadas ao manejo de agro ecossistemas. Fortalecer a agricultura familiar é uma das alternativas que a organização encontrou para confrontar o agronegócio que é baseado em grandes propriedades, em danos ambientais, no desemprego e na pobreza. A FASE - BA colabora com o fortalecimento do controle social e da participação popular na disputa em torno das alternativas de desenvolvimento, aproximando cada vez mais pessoas do debate sobre políticas públicas e estimulando o monitoramento do poder público³. Promove ainda, o acesso a novos conhecimentos, colabora na organização gestão democrática das iniciativas apoiadas e fomenta a articulação de várias delas em redes e movimentos sociais.

O acesso à terra e ao território, à água, às políticas públicas, à garantia de segurança alimentar e à construção de canais de comercialização são alguns dos desafios para as famílias agricultoras baianas. Também incentiva a comercialização direta dos alimentos em feiras livres, feiras - eventos e mercados institucionais.

A FASE Bahia iniciou os trabalhos com mulheres em fevereiro de 2012, a partir do apoio do FAE (Fundo de Apoio de Ações Estratégicas), que advém do SAAP (Serviço de Análise e Assessoria a Projetos), um programa da FASE Nacional. Desta forma, iniciou-se a mobilização dos grupos de mulheres para elaborar projetos e enviá-los ao SSAP/FAE. Os grupos selecionados foram contemplados com uma quantia de 10 mil reais para realização de suas atividades políticas e econômicas. Quatorze grupos de mulheres disputaram o edital e 12 foram selecionados e desenvolveram os projetos durante dois anos com o apoio e assessoria da FASE.

Os grupos discutiram diversos temas relacionados aos direitos e políticas para as mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha, Saúde da Mulher, crédito direcionado para mulheres, comercialização institucional – PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). As atividades foram desenvolvidas nas comunidades dos respectivos grupos. Muitas das atividades foram realizadas a partir de parcerias firmadas entre a FASE e os Grupos de Mulheres. Com isso, a abrangência do projeto foi bem maior. Com as atividades na própria comunidade, a presença das mulheres era muito maior que o esperado.

³ Mais informações visite o nosso site: www.fase.org.br

Nas reuniões de formação e monitoramento entre o SSAP, FASE e os grupos de mulheres percebeu-se que o recurso disponibilizado para desenvolver o projeto não foi utilizado em sua totalidade, dessa forma, instituiu-se dois Fundos Rotativos Solidários.

3.2 A relação da FASE com os grupos de Mulheres

A FASE defende e define sua atuação em quatro grandes causas: Justiça ambiental, Direito às cidades, Direito das mulheres e Soberania Alimentar. O central, a causa 04: “Organização das Mulheres como Sujeitos de Direitos”, atua junto às trabalhadoras urbanas, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras e agroextrativistas, por meio do fortalecimento de grupos de mulheres, redes e fóruns. A tônica desse trabalho é a formação política e a construção da autonomia econômica das mulheres, já que estes são alguns dos caminhos para se enfrentar diferentes formas de discriminação. Essa atuação articula ações no âmbito local, regional e nacional, contribuindo com o fortalecimento da identidade delas como trabalhadoras e reconhecendo que a conquista de direitos não está dissociada do processo de auto-organização.

As mulheres, que desempenham um papel central na agricultura familiar e agroextrativista, sofrem os impactos do avanço do agronegócio. Por isso, a FASE apoia também campanhas e desenvolve um trabalho educativo que mostra as consequências do agronegócio para a agricultura familiar. Incentiva também a construção de práticas agroecológicas, que além de diversificar a produção para uma alimentação adequada e saudável, respeita a natureza e as culturas, fortalecendo a autonomia das mulheres.

O SAAP aposta na auto-organização de novos sujeitos sociais coletivos, principalmente mulheres e jovens. Por meio da gestão de três fundos de investimento social apoia pequenos projetos com diferentes enfoques e em que o protagonismo seja popular. Os pequenos projetos apoiados são aqueles que servem de estímulo para ampliar as capacidades locais a favor de causas sociais. Promove ainda o acesso a novos conhecimentos, colabora na organização e gestão democrática das iniciativas apoiadas e fomenta a articulação de várias delas em redes e movimentos sociais. Algumas organizações e movimentos sociais de

projeção nacional a partir das transformações sociais alcançadas, nasceram sob o apoio do SAAP.

São diferentes temáticas, histórias de vida e perspectivas sociais, direta e indiretamente apoiadas pelo SAAP que somam transversalidade, inovação e multiplicidade. O FAE traduz-se em possibilidades de reversão e *transformações das relações sociais de poder*, pois resguarda a dimensão de participação e controle público, de democratização e de construção da esfera pública não estatal. Portanto, todo o processo do FAE serve para potencializar a articulação e o fortalecimento de grupos de um mesmo território, a produção de conhecimentos e as ações educativas e a mobilização e participação política como principal objetivo fortalecer a organização das mulheres em territórios de atuação.

Diante disso a FASE – BA inicia, em 2012, como já dissemos, um trabalho com grupos de mulheres no Vale do Jiquiriçá e no Baixo Sul da Bahia, por acreditar no potencial de organização das mulheres que estavam carentes de formação social e política. A sensibilização feita para a seleção de grupos foi a mínima possível e o aceite dos parceiros para realizar esta ação em seus territórios foi imediata, pois a temática de gênero e sobre direito das mulheres era algo pouco debatido e tanto o movimento sindical, quanto a FASE, sentia a necessidade de trabalhar diretamente com este público, tão presente e número nas instituições e não se tinha nenhum trabalho direto. Em parceria com os sindicatos da região, iniciou-se um trabalho de levantamento de grupos de mulheres nos municípios e foi feito a elas o convite a participar deste processo formativo proposto pela FASE e desenvolvido pela Causa 4 Mulheres enquanto sujeito de direitos em 12 iniciativas: 07 no Território Vale do Jiquiriçá: 02 grupos em Mutuípe, 02 grupos em Ubaíra, 02 grupos em Laje e 01 grupo em São Miguel das Matas e 05 grupos no Baixo Sul: 01 grupo em Valença, 02 grupos em Presidente Tancredo Neves e 02 em Teolândia.

O custeio dos Projetos foi executado pelo SAAP e cada grupo escreveu um pequeno projeto com um limite de valor. Cada projeto tinha como objetivo trabalhar uma problemática da comunidade rural em que o grupo estava inserido. Tivemos demanda do tipo: saúde da mulher, gravidez na adolescência, violência contra mulher e geração de renda.

As formações aconteciam na sede do município de Mutuípe e em cada módulo trabalhávamos um tema relacionado à formação política das mulheres: autonomia, liberdade, direito, soberania alimentar, associativismos, tipos de

violência, corpo da mulher, dentre outros. As mulheres que participaram da formação tinham a responsabilidade de repassar o conteúdo para as outras mulheres do grupo.

Ao final da Formação, os grupos de mulheres já haviam finalizado a escrita do projeto. Estes previam a formação política das mulheres e cada projeto tinha sua especificidade, além de relacionar-se à uma atividade econômica. O grupo Mulheres em Progresso discutia a Lei Maria da Penha e tinha a produção de bordado como fonte; o Grupo Mulheres Construindo História criou um Centro de Apoio às Mulheres do grupo e juntas desenvolveram a cozinha comunitária para venda no PAA e no PNA. Em Laje, tivemos um Grupo de Jovens que fez reciclagem de materiais e confeccionou pufes e vassoura de garrafas, além de discutir temas relacionados a associativismo e autonomia da mulher. O Grupo da Cozinha Solidária de São Miguel das Matas, além de trabalhar os temas relacionados ao direito e saúde e violência contra mulher, produziu alimentos e os vendeu no PNAE.

Durante a realização do projeto, a FASE e os Grupos de Mulheres realizaram parcerias com os Sindicatos rurais e urbanos, com as Igrejas católicas e Evangélicas e com as Secretarias de Agricultura dos municípios. Com isso, as ações desenvolvidas nos coletivos tiveram grande impacto na vida das mulheres, bem como realização e participação em espaços de comercialização, intervenções em conferências, assumiram direção em associações e sindicatos, ingressaram na universidade, se tornaram motoristas, costureiras, artesãs, dentre outras coisas. Assim, formaram a rede de Mulheres, criando duas redes, uma em cada Território. As mulheres passaram a organizar outras mulheres de outras comunidades, realizaram oficinas e seminários municipais. Na sede do município de Laje, como marco do dia da mulher, em 08 de março de 2016, realizamos uma marcha para reivindicar direitos, sobretudo saúde da mulher, onde entregaram uma pauta reivindicatória ao prefeito da época.

Ao finalizar o projeto, a rede de mulheres, tanto a do Vale do Jiquiriçá, quanto a do Baixo Sul tiveram uma sobra de recursos, que na lógica do projeto seria devolvido ao SAAP. Como foi uma experiência exitosa, o FAE complementou o recurso e criamos dois Fundos Rotativos e Solidários (FRS), um para cada rede. Estes Fundos estão localizados no Baixo Sul e o outro no Vale do Jiquiriçá. Esse é um fruto que ainda existe e serve como amparo para a produção e comercialização dos grupos de mulheres e os recursos são administrados por elas. Existe um

regimento que ampara os dois FRS e uma conta bancária para cada Fundo, gerenciadas pelas integrantes do FRS e também são indicadas como coordenadoras.

Para esta pesquisa foram selecionados dois grupos de Mulheres: Mulheres em Progresso, localizado na comunidade Pau seco, município de Mutuípe e o Grupo Cozinha Solidária, da Comunidade Tabuleiro da Santa, dos municípios de São Miguel das Matas. Ambos participaram das formações e compõem o FRS (Fundo Rotativo Solidário) do Vale do Jiquiriçá. Em seguida, veremos pouco da história de cada um deles.

3.3 Histórico do grupo Mulheres em Progresso

O Grupo de Mulheres em Progresso está localizado na comunidade do Pau Seco, zona rural do município de Mutuípe. Essa comunidade fica, em média, a 16 quilômetros da sede. A comunidade é organizada em uma associação, e o grupo de mulheres está ligado a essa associação. Além disso, existem igrejas na região e também uma escola municipal para os anos iniciais do ensino fundamental, onde os filhos das integrantes do grupo estudam até o quinto ano. Um grupo diverso constituída por jovens, adultas e idosas.

São agricultores familiares, tendo o cacau como a principal cultura para fonte de renda. Além disso, eles se dedicam ao cultivo de frutíferas e à criação de gado. As mulheres desempenham um papel importante na comunidade, dedicando-se também ao cultivo de hortaliças e à criação de galinhas, uma atividade que é mais voltada para elas.

A maioria dessas mulheres é casada e tem filhos, e muitas delas concluíram o ensino fundamental, enquanto outras conseguiram concluir o ensino médio. A presidente da associação também é a líder da comunidade, graças ao trabalho prestado na comunidade, além de seu envolvimento na igreja. Foi a partir dessa dedicação e envolvimento que surgiu o grupo de mulheres.

Constituído por mulheres e jovens agricultoras familiares, filhas de agricultores/as, e residentes na comunidade do Pau Seco, município de Mutuípe - BA. Neste sentido, as mulheres se organizavam a partir da Igreja Católica da comunidade para rezar, ajudar os doentes e as pessoas carentes da comunidade, mas também para celebrar, comemorar e festejar, e estruturar momentos de lazer na

comunidade, com realização de bingos, leilões e quermesses, tradição mantida atualmente.

No ano de 2012 a FASE reuniu-se com a Comunidade e propôs que as mulheres escrevessem um projeto social para o SAAP, e este deveria descrever a realidade daquela comunidade e, assim, solicitar uma intervenção naquela localidade, no que tange às políticas públicas para mulheres, a partir da realidade vivenciada na região.

O projeto possibilitou momentos de formação sobre gênero, sobre saúde e violência contra mulher, direito e autonomia. Para tanto, a partir das oficinas realizadas com as integrantes dos grupos, foi solicitada a escrita do projeto, levando em consideração o contexto em que as mulheres estavam inseridas.

Neste contexto, as oficinas de formação destinada às mulheres, tendo uma líder de cada grupo, tinham o objetivo de trabalhar o conhecimento dos direitos que a elas são negados diariamente, de demonstrar quantos direitos nós temos, e que são negados e negligenciados rotineiramente. E demonstrar também como são cerceados direitos às mulheres, excluídas da autonomia cidadã, uma vez que não podem decidir sobre coisas simples de suas vidas, até mesmo o direito mais básico que é o de ir e vir. Das oficinas participaram doze lideranças e essas, com o aporte e orientações, realizavam oficinas nas comunidades para o coletivo de mulheres que faziam parte do grupo produtivo, sócias da associação.

Diante das provocações realizadas nas oficinas, as mulheres da comunidade do Pau Seco se organizaram e criaram o Grupo Mulheres em Progresso e, desta maneira, passaram a discutir na comunidade sobre o tema Violência contra Mulher. Foi então despertado pelas integrantes do grupo, a partir da formação e das leituras realizadas, que a forma como muitos maridos as tratava, era abusiva e violenta. Perceberam também que a realidade poderia ser mudada e que outras mulheres precisavam saber que estavam sendo abusadas e violentadas nas suas próprias casas, a partir das partilhas de percepção do mundo, das novas formas de afeto, dos direitos das mulheres, dimensões ignoradas quando a exclusão social é mais profunda. Contudo, quando mulheres se juntam encontram outros modos de perceber/viver/fazer o mundo.

Desta forma, o projeto do Grupo Mulheres em Progresso passou a ser desenvolvido com o objetivo de trabalhar a Lei Maria da Penha, alertando-as sobre sua importância e significado para as mulheres da comunidade do Pau Seco, que

viviam realidades distintas, mas em alguns momentos semelhantes, marcados pela violência sofrida, muitas vezes psicológica, moral, patrimonial, financeira, física ou até mesmo profissional.

Ao concluir a escrita do projeto, o mesmo foi executado durante o período de dois anos entre os anos de 2012 a 2014. O primeiro ano foi de formação e construção da proposta a ser desenvolvida na comunidade e o segundo ano foi de realização das atividades nas localidades com trocas de experiências com outros grupos do município.

Foram realizadas atividades de formação política, com temas diversos, como também oficina de vagonite, bordado, ponto cruz, dentre outros. Reuniam-se com a finalidade de se estabelecer uma relação de diálogo e de construção de saberes que elas já dominavam e podiam socializar umas com as outras no grupo, e assim poder comercializar e possuir uma renda a partir do seu trabalho dissociado da renda familiar.

Ao finalizar esta etapa do projeto as mulheres continuaram se reunindo e desenvolvendo suas atividades, passaram a comercializar seus produtos em feiras livres e eventos, bem como, ministrar oficinas de vagonete e de corte costura para outros grupos de mulheres do Território Vale do Jiquiriçá.

Após a realização deste projeto, a comunidade foi contemplada com vários outros. O “Jovem Gerando Renda⁴”, financiado pela Petrobrás e executado pela FASE, para o qual foram escolhidas para fazer parte três jovens, todas elas mulheres. No projeto havia a previsão de uma formação com os jovens sobre: políticas públicas, agroecologia, associativismo, comercialização, dentre outros. Em contrapartida, as jovens teriam que implantar uma unidade produtiva na sua propriedade ou implantar na comunidade uma unidade coletiva.

No caso da Comunidade do Pau Seco, as jovens optaram por uma unidade coletiva que, neste caso, foi implantada uma agroindústria de beneficiamento de frutas, já que a região tem um grande potencial produtivo e uma sala para a produção de artesanato.

⁴ Projeto desenvolvido pela Fase e financiado pela Petrobrás, voltado para jovens e mulheres agricultoras familiares na base de atuação da Fase.

Atualmente, o grupo de Mulheres em Progresso da Comunidade do Pau Seco dispõe de uma pequena agroindústria⁵ de beneficiamento de frutas, equipada com alguns aparelhamentos para a produção de doces, compotas, beijus, dentre outros produtos, que as mulheres dominam a técnica de produção, bem como, o artesanato (bordados e pinturas em tecido) que foi a produção inicial do grupo.

A agroindústria disponibiliza também uma sala de reuniões. Neste local não só o grupo de mulheres, mas a associação como um todo realiza suas reuniões e assembleias. É um espaço de encontro e de formação, a exemplo da realização do curso de eletricitista, com o qual a comunidade foi contemplada, onde a parte teórica do curso aconteceu na sede da Associação, que é sala em anexo à da agroindústria.

Mais recentemente no ano de 2018, a Associação de Pau Seco foi contemplada com o projeto de requalificação de agroindústria financiado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) - Governo do Estado. O grupo também foi beneficiado com o projeto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), as mulheres receberam uma casa e também se mobilizaram para que outras famílias da comunidade fossem beneficiadas com o projeto.

O grupo tem dado continuidade às suas ações como a realização da Feira de Saúde, na escola da comunidade e o grupo de mulheres, além de ajudar na organização, também serviram a refeição. Também realizaram outros eventos na comunidade voltados para a saúde da mulher, bem como a organização de manifestação no dia Internacional da Mulher.

3.4 História da Cozinha Solidária do Tabuleiro da Santa

As Mulheres Agricultoras Familiares da Comunidade de Tabuleiro da Santa, localizada no município de São Miguel das Matas, vêm desenvolvendo um trabalho organizado desde 2008. Inicialmente, suas atividades consistiam em mutirões semanais para diversas tarefas, como limpeza da área, plantio, raspagem de mandioca, entre outras. Essas mulheres faziam parte da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Engenho Velho e Tabuleiro da Santa, que já existia na comunidade.

⁵ Espaço físico equipado e com liberação da vigilância sanitária, utilizada para o beneficiamento da produção da agricultura e pecuária.

Em seus primeiros dias, o Grupo de Mulheres não tinha um local fixo para suas atividades, até que Dona Inês, uma das integrantes, doou uma área de terra para a construção de uma roça coletiva. Nessa roça, elas plantavam feijão, milho, amendoim, batata e produziam doces em suas próprias cozinhas. Em 2012, surgiu uma oportunidade de comercialização através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o que exigiu a construção de uma cozinha comunitária que estivesse nas normas da vigilância sanitária. O objetivo era possibilitar o processamento dos produtos produzidos em suas propriedades, uma vez que os produtos in natura já eram comercializados individualmente. Essa iniciativa visava agregar valor aos produtos e proporcionar uma melhor renda, especialmente devido ao cultivo predominante de mandioca na região.

Nesse momento, a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) entrou como uma instituição de assessoria técnica para a associação, atuando por meio do grupo de mulheres, composto por 14 integrantes. Esse grupo propôs a construção da cozinha, e a FASE, que dispunha de um recurso não reembolsável, proveniente do Fundo de Apoio a Organizações Comunitárias de Base (FADOC), se ofereceu para investir no projeto. O FADOC consiste em um grupo formado por Organizações Não Governamentais, financiadas pela SOLSOC (Socialist Solidarity), que é uma organização especializada em cooperação entre países, com foco no desenvolvimento sustentável de nações do Sul. Na Bélgica, a SOLSOC realiza atividades informativas e de mobilização do público, em parceria com organizações progressistas e partidárias com valores democráticos, solidários e de justiça social. No Brasil, o FADOC era composto pela FASE, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ETAPAS (Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social) e pelo Instituto Federal (IF).

No entanto, apesar do investimento oferecido, não estava incluso o custo da mão-de-obra, que seria a contrapartida da Associação. Infelizmente, os homens que inicialmente se dispuseram a ajudar não compareceram no momento da construção. Durante o processo, as mulheres assumiram o papel de ajudantes e foi necessário contratar e remunerar um pedreiro. Isso ocorreu porque alguns homens propagaram discursos desestimulantes, assumindo o controle da obra e prometendo contratar ajudantes, o que gerou descontentamento. Além disso, esses homens proferiam palavras pejorativas e rudes durante a construção da cozinha, uma vez que as mulheres estavam desempenhando a função de ajudantes. Essa situação gerou

desconforto, já que os maridos de algumas integrantes não queriam que suas esposas enfrentassem esse tipo de exposição, resultando em conflitos.

Após a conclusão da cozinha, que atendia a todas as exigências legais, as mulheres passaram a produzir uma variedade de delícias, como bolos, sequilhos e cocadas, que eram comercializados nas feiras locais e também entregues para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse empreendimento só foi possível graças à doação do terreno por uma generosa senhora apelidada carinhosamente de "Dona Fulo". Ela sempre nutriu o sonho de proporcionar às mulheres da comunidade um espaço onde pudessem se organizar, produzir e vender seus produtos, garantindo sua autonomia e direitos.

Contudo, durante o processo de organização das mulheres e construção desse espaço, um homem, parente de Dona Fulo, começou a se opor ao movimento, gerando diversos conflitos com o grupo. Esses confrontos chegaram a um ponto preocupante, com agressões verbais, xingamentos e ameaças por parte do homem, chegando até mesmo à violência patrimonial, onde ele arrombou a porta da cozinha coletiva. Diante dessa situação alarmante, as mulheres decidiram tomar medidas legais e registraram um boletim de ocorrência. Apesar do desconforto e do medo gerado pela violência moral sofrida, as mulheres não se intimidaram e continuaram produzindo, recusando-se a serem derrotadas pelo machismo.

É evidente que, nesse processo de organização, as mulheres almejam não apenas independência econômica, mas também a conquista de sua autonomia política e social. Elas compreendem a importância de estarem politizadas, conscientes de seus direitos e com voz ativa para se defenderem e apoiarem umas às outras quando necessário. Embora os conflitos ainda persistam, e infelizmente ainda haja perseguição e ameaça, as mulheres resistem bravamente na luta pelos seus direitos.

À medida que o trabalho avançava, as discussões sobre a trajetória da luta e a conquista dos direitos enriqueceram o entendimento das mulheres sobre sua própria história e os desafios enfrentados. É notável a riqueza e complexidade dessa jornada, mas o grupo segue unido e perseverante em sua busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

4. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente, os movimentos de mulheres feministas conseguiram avanços legais, culturais e políticos, mas, ainda assim, o machismo não é algo do passado e continua muito presente no cotidiano da sociedade. As relações de gênero no país são marcadas pelo patriarcado, e permanecem desiguais.

A concepção dominante da economia segue privilegiando o trabalho produtivo dos homens e tornando invisível a maior parte do trabalho das mulheres, em especial o trabalho reprodutivo, ou seja, aquele que é feito fora da esfera pública, como o cuidado com a família, com a casa e também com as crianças e, apesar de terem seus direitos conquistados, as mulheres continuam ganhando salários com valores inferiores aos dos homens, uma diferença de valores bem maiores se considerarmos os elementos de classe, raça e etnia.

Sem dúvidas tivemos muitas conquistas alcançadas ao longo do tempo. Apesar disso, a luta por igualdade de oportunidades e representatividade continua. As condições socioeconômicas das mulheres negras brasileiras ainda são mais inferiores do que as dos demais grupos, por isso é a população de maior vulnerabilidade. As mulheres negras têm enfrentado grandes desafios no mercado de trabalho. Esses desafios estão intrinsecamente ligados as questões históricas que se materializam na baixa taxa de participação desse grupo demográfico no mercado de trabalho formal, o que não quer dizer que estas mulheres não trabalham. Como pode ser visto na Figura abaixo, a situação das mulheres negras se torna ainda mais crítica porque aglutina as desvantagens associadas às desigualdades de gênero e de raça.

Figura 2: Trabalho da mulher.



Fonte: 2: Fonte: IBGE, Pnad Contínua 2019. Série 2012-2019 na Tabela 3 do plano tabular.

Diante disso, a FASE toma como problematização central a causa “Organização das Mulheres como Sujeitos de Direitos”, atuando junto às trabalhadoras urbanas, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras e agroextrativistas, por meio do fortalecimento de grupos de mulheres, redes e fóruns.

A tônica desse trabalho é a formação política e a construção da autonomia econômica das mulheres, já que estes são caminhos para se enfrentar diferentes formas de discriminação. Essa atuação articula ações no âmbito local, regional e nacional, contribuindo com o fortalecimento da identidade delas como trabalhadoras e reconhecendo que a conquista de direitos não está dissociada do processo de auto-organização.

As mulheres, que desempenham um papel central na agricultura familiar e agroextrativista, sofrem os impactos com o avanço do agronegócio.

Agronegócio procura guardar a mesma categorização proposta em 1957 por John Davis e Ray Goldberg para o conceito de Agribusiness: “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (CRUVINE e NETO, 99, p.01)

Entende-se que, o Agronegócio é a soma de todas as cadeias produtivas desde a produção e distribuição de insumos até a comercialização de alimentos, fibras e energia, compreende atividades econômicas ligadas, basicamente, a insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos, a produção agrícola, compreendendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, a agro industrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados (PACHECO, SANTOS e SILVA, 2012, p.3), envolve, portanto, graves questões que dizem respeito também à estrutura fundiária brasileira, aos desequilíbrios ambientais, à proteção de comunidades tradicionais.

No Brasil a agricultura é tratada como esfera do capitalismo para geração de emprego e arrendamento de terras. Com relações econômicas impessoais, da mão de obra, porque, junto com a energia do homem, introduz-se a dos animais e das máquinas, assim como implementos de agricultura mecânica. Stedile ao dialogar sobre a questão agrária no Brasil, ele nos diz que:

Tudo o que se refere à agricultura brasileira está muito monopolizado. É um lugar comum dizer que a terra, principal fator da produção agrícola, está

concentrada em poucas mãos. A concentração e controle da propriedade é consideravelmente maior do que comumente se acredita e aparece na costumeira apresentação das estatísticas relacionadas à posse da terra. Convencionalmente, a concentração da propriedade é mostrada comparando-se o número de estabelecimentos ou de proprietários agrícolas com o número da superfície que possuem. (STEDILE, 2012, p. 81)

É sabido que a concentração de terras brasileiras é histórica, inicia-se no período colonial, a partir da propriedade privada. A modernização agropecuária e a maior introdução do capital no campo aprofundaram ainda mais as desigualdades no campo brasileiro, agravando o problema da concentração de terras e intensificando o processo de êxodo rural acompanhado de processo de reforma agrária que acontece lentamente.

A importância do setor agrícola supera largamente a questão da produção. Além de ter uma participação direta na economia, possui a mais extensa cadeia de ligação com outros setores, quer seja com produtores e fornecedores de seus insumos, máquinas e equipamentos, quer seja com processadores, distribuidores e consumidores de seus produtos, processos e serviços (NETO e NASCENTE, 2005, p. 10).

A Agricultura Familiar é caracterizada por uma relação singular com a terra, visto que é tanto o local de trabalho quanto a moradia. Esse setor é responsável pela produção diversificada de alimentos destinados ao consumo da população brasileira e é composto por pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, extrativistas e pescadores. Na Agricultura Familiar, a gestão da propriedade é compartilhada entre a família e a atividade agropecuária é a principal fonte de renda. Além disso, esses agricultores direcionam parte de sua produção ao mercado.

De acordo com o Ministério da Agricultura Agropecuária e Abastecimento, bem como o Censo Agropecuário de 2017, o levantamento feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar⁶. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Conforme o censo, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48%

⁶ <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>

do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

É necessário entender o conceito de agricultura familiar. Trata-se de uma forma social heterogênea cujas unidades de produção e modos de vida se diferenciam pela sua diversidade e pela capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Tal diversidade se expressa nas formas distintas de se relacionar com a terra e com o meio ambiente (ABREU, 2005 p.36).

A FASE também apoia campanhas e desenvolve um trabalho educativo, apontando os prejuízos das monoculturas e do uso de venenos e transgênicos para a saúde humana e o meio ambiente, incentiva a construção de práticas agroecológicas, que além de diversificação da produção para uma alimentação adequada e saudável, respeita a natureza e as culturas e fortalece a autonomia das mulheres.

Iniciou o trabalho com Mulheres na FASE Bahia, inicialmente a assistência foi para 12 grupos de mulheres dos diversos municípios. O trabalho foi iniciado com as lideranças dos grupos de Mulheres e essas lideranças repassavam o conteúdo discutido para as demais mulheres da comunidade. Nossos encontros eram periódicos e as facilitadoras eram da FASE do Rio de Janeiro e da FASE de Pernambuco. A cada etapa eram trabalhados temas referentes aos direitos sociais, políticos e econômicos das mulheres, para que elas se entendessem como sujeitos de direitos.

Assim, ao dialogar com os grupos produtivos liderados por mulheres, podemos observar como a divisão de tarefas em suas residências é estabelecida com base no gênero, evidenciando a hierarquia presente entre homens e mulheres. Essa constatação nos faz refletir sobre o quanto ainda precisamos evoluir em relação às relações de gênero em nossos coletivos. As mulheres ocupam-se da criação de aves e pequenos animais, da horticultura, floricultura, silvicultura. “Essa realidade nos permite entender porque as mulheres rurais representam 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não auferem remuneração” (BUTTO e DANTAS, 2011).

É sabido que, a autoridade do homem é herdada, após o casamento o esposo delega a sua esposa o papel restrito ao ambiente familiar passando da tutela do pai para a do marido, ficando reservada à função doméstica no cuidado da casa e dos filhos.

E segundo Buarque e Santos (2006), a matriz de gênero, além de definir papéis diferentes para homens e mulheres, estabelece também uma hierarquia entre esses, ocupando os homens um lugar de autoridade e de posse sobre as mulheres, favorecendo a construção de desigualdades entre os sexos.

As relações de gênero são as construções sociais desenvolvidas por homens e mulheres e suas relações, onde estes/as assumem funções que lhes são determinados conforme o sexo, as atividades diárias são classificadas por masculino e feminino, ao tempo que representam sinais hierárquicos, sem, contudo, revelar a historicidade desta classificação. Para Bruschini (1990)

A divisão sexual do trabalho se constitui na designação de atividades próprias a cada sexo, onde as mulheres reservadas ao espaço doméstico são atribuídas às atividades reprodutivas, nas quais estão incluídos os cuidados com o bem-estar físico e emocional da família, moradia e educação dos filhos. Nesse contexto, o homem, como sexo mais valorizado socialmente, executa as atividades produtivas de geração de renda fora do espaço da casa (BRUSCHINI 1990, p. 43)

Fica entendido que a divisão sexual do trabalho enquanto fator histórico está estruturada a partir do princípio do trabalho masculino ser superior ao feminino, o que reforça a hierarquia nas relações de poder baseadas no sexo, mesmo que na realidade concreta esses afazeres dispensem, de igual modo, a força e organização do trabalho. Afirma Nascimento (2015, p. 21):

A divisão sexual do trabalho sustenta e estrutura as relações desiguais de gênero; essas desigualdades entre os sexos, geradas pela sociedade, são incorporadas pelo capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social. Esta Constatação se afirma no desenvolvimento das relações de produção e reprodução da vida social arraigadas na divisão social e na divisão sexual do trabalho, onde se atribui funções a homens e mulheres de acordo com o conceito sociocultural de feminino e masculino; tais relações são ainda, permeadas por questões de gênero, classe e raça/etnia (NASCIMENTO, 2015, p. 21).

Quando tomamos a raça como medida das relações e as interseccionamos com o gênero as apropriações e explorações aumentam consideravelmente, o que nos vale dizer que estamos falando da divisão racial e genereificada do trabalho.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas contrapartes brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras hoje reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, então, o ponto de partida para qualquer

exploração das vidas das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016. p. 27.)

Com herança do período da escravização, as mulheres negras são forjadas pelo trabalho, período em que o trabalho e tortura se igualam. Mesmo hoje, diante da enorme dívida social com as mulheres negras, além de outras formas de violência, estas não têm o seu devido reconhecimento no momento da remuneração. É sabido que mulheres são menos remuneradas que os homens e as mulheres negras têm a remuneração pelo seu trabalho ainda menor. As mulheres negras num caleidoscópio de fatores de acesso e de discriminação direta explicam a distância salarial em relação aos homens brancos. “O grau de discriminação é crescente conforme se caminha para o topo da hierarquia de renda e isso prevalece para todos os grupos subordinados.” (BIDERNAM E GUIMARÃES, 2004).

As pessoas que possuem uma renda mais alta tendem a discriminar mais aqueles que possuem uma renda mais baixa ou que são considerados socialmente subordinados, a discriminação pode ser exacerbada por fatores como a desigualdade social e econômica, que criam uma hierarquia de poder e privilégio que pode ser usada para excluir e marginalizar determinados grupos. No entanto, vale ressaltar que a discriminação pode ocorrer em todos os níveis da hierarquia de renda e não se restringe apenas aos grupos subordinados.

É importante lembrar que a discriminação é um problema complexo e multifacetado, que pode ser influenciado por uma série de fatores, incluindo raça, gênero, orientação sexual, religião, entre outros. Além disso, é essencial trabalhar na conscientização e na promoção da igualdade de oportunidades para reduzir a discriminação em todas as áreas da sociedade.

Essas afirmações deixam ainda mais evidente a necessidade de as mulheres pretas continuarem lutando e resistindo, mantendo sempre erguidas suas bandeiras de luta, marcada pela garantia de direitos, humanos, sociais, econômicos e de gênero. Diz Ângela Davis: A prova das forças acumuladas que as mulheres negras forjaram por meio de trabalho, trabalho e mais trabalho pode ser encontrada nas contribuições de muitas líderes importantes que surgiram no interior da comunidade negra. Hoje, para as mulheres negras e para todas as suas irmãs da classe trabalhadora, a noção de que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças pode ser tirado de seus ombros e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina (DAVIS 2016, p.243).

As mulheres negras enfrentaram muitos obstáculos ao longo da história, incluindo a discriminação racial e de gênero, a pobreza e a falta de oportunidades

educacionais e profissionais. No entanto, elas resistem a essas adversidades por meio de seu trabalho e de seus coletivos.

A ideia de que as tarefas domésticas são exclusivamente responsabilidade das mulheres é um dos principais obstáculos à igualdade de gênero e à libertação feminina. Ao dividir essas responsabilidades, as mulheres podem se concentrar em outras áreas de suas vidas, incluindo sua carreira e desenvolvimento pessoal.

As mulheres negras foram moldadas através do trabalho, muitas vezes sendo destinadas a compensar o trabalho doméstico que as mulheres brancas não realizavam, o que resulta em desigualdades e tratamentos diferenciados em relação à sua existência na sociedade. É essencial, portanto, compreender as dimensões das relações de poder que contribuem para essas diferenças e desenvolver estratégias para combater as desigualdades. Essas relações de poder são influenciadas pela cultura e pelo cotidiano vivido pelas pessoas em cada sociedade. “Deste modo, os papéis são estabelecidos em níveis hierárquicos de autoridade para os homens e de subordinação para as mulheres”. (UNBEHAUM, 2005).

Assim, é fundamental que trabalhemos para desconstruir essas normas culturais e sociais que perpetuam a hierarquia de gênero e busquemos por políticas públicas que promovam a igualdade entre homens e mulheres. Essa luta é uma responsabilidade de toda a sociedade e requer um esforço coletivo para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária.

O trabalho das mulheres rurais é muito importante para o campo, inclusive mostrando o aumento de propriedades gestadas por mulheres. Segundo o Censo Agropecuário realizado em 2017, o IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais em todo o país, de um universo de 5,07 milhões. O número de mulheres dirigindo propriedades rurais no Brasil alcançou quase 1 (um) milhão. Destes, a maioria está na região Nordeste (57%), seguida pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que concentra apenas 6% do universo de mulheres dirigentes. A imagem a seguir ilustra essa realidade.

Figura 3: Estabelecimento femininos.



Figura 3: Espaços dirigidos por Mulheres
Fonte: Embrapa 2017

Mas, no total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%. Com relação às atividades econômicas desempenhadas nas propriedades, há uma diferença entre mulheres proprietárias e não proprietárias. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, entre as proprietárias, 50% das atividades econômicas estão relacionadas à pecuária e criação de outros animais; 32% à produção de lavouras temporárias e 11% à produção de lavouras permanentes. Entre as não proprietárias (produtoras sem área; concessionárias ou assentadas aguardando titulação definitiva; ocupantes; comodatárias; parceiras ou arrendatárias), 42% das atividades econômicas estão relacionadas à produção de lavouras temporárias; 39% à pecuária e criação de outros animais e 7% à produção de lavouras permanentes.

Ainda, de acordo com dados do Censo Agropecuário realizado em 2017 pelo IBGE, na Bahia existe um total de 762.848 estabelecimentos agropecuários; deste total 567.217 são de propriedade masculina e 194.650 são de propriedade das mulheres, como ilustra gráfico abaixo.

Figura 04: Empreendimentos agropecuários

Empreendimentos agropecuários na Bahia

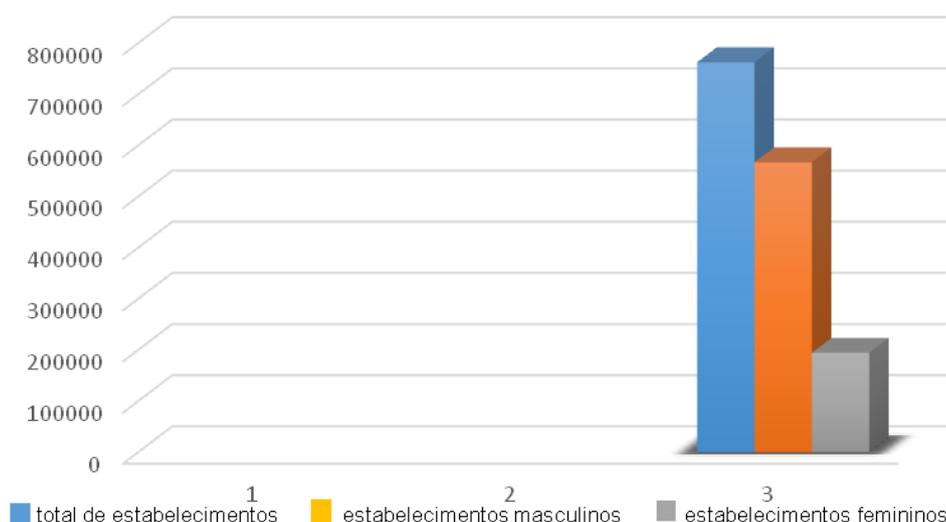


Figura 4: Divisão dos empreendimentos agropecuários baianos

Fonte: 2017. IBGE

As imagens acima demonstram a concentração das terras na posse dos indivíduos masculinos, evidenciando a subalternização das mulheres com relação à posse, bem como do poder de decisão sobre as áreas de plantio e manejo; deixando a mulher mais uma vez na condição de secundária no momento da produção agrícola.

As relações familiares no campo têm revelado o trabalho invisível da mulher no modo de produção camponês. Heredia (1979), ao analisar a organização interna de unidades de produção camponesa traz reflexões sobre a existência da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres que é responsável pela produção de padrões de comportamentos alicerçados numa ordem binária e sexuada que diferencia e hierarquiza o trabalho segundo o sistema sexo/gênero (HEREDIA, 2013, p.238). Diz:

A concepção do que se define como *trabalho* permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é *casa--roçado*. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é trabalho e do que não é trabalho. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados. (HEREDIA, 2013, p.238) Fica evidente como as relações de trabalho expressam relações de poder, mesmo no grupo familiar. No momento em que existe o trabalho de homem e de mulher, também nas relações que os sustentam existe uma ordem de dominação e de subalternização em que a mulher é

posta. Como forma de manutenção dessa ordem existe uma hierarquia que é alimentada por costumes conservadores e pela naturalização das hierarquias por meio da cultura. Às definições postas pelo trabalho incorrem em outras que dimensionam o lugar do masculino e feminino numa sociedade, tornando tênue o momento em que se deu a naturalização do binarismo como definidor das hierarquias. Sabe-se, contudo, que por meio dele também se mede relações diferenciais de apropriação do capital. (HEREDIA, 2013, p.238)

Esta hierarquização torna-se ainda mais grave quando estes dados emergem num contexto de uma complexa rede de pequenas propriedades coagidas pela concentração de terras no Brasil. Assim, os grupos de agricultura familiar costumam entre si formas de habitar a terra e de questionar a sua propriedade privada. Segundo Stedile isso não é novo, diz ele (...) “Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares, por outro lado, em vastas regiões, as grandes propriedades capitalistas avançavam e concentravam mais terra, e conseqüentemente mais recursos (STEDILE, 2012, p. 31).

Laura de Biase (2007) nos ajuda a compreender a forma de organização da agricultura familiar a partir da divisão de trabalho feminino e masculino e seus limites territoriais. Nesta organização territorial, pertence ao homem os espaços externos, à exemplo da roça, e à mulher os espaços internos e entorno da casa: trabalhos domésticos e os cuidados com a saúde e alimentação da família. Relaciona-se à mulher ao consumo da colheita e alimentação e ao homem a produção, a caça e o mercado (BIASE,2007, p. 09).

É a partir da organização social que este cenário acima vem mudando nas últimas décadas, em que as mulheres estão inseridas em espaços de organização e produção, que passaram a construir a sua autonomia, não apenas financeira, mas uma autonomia também de gênero. A partir dos grupos em que elas construíram para organizar a sua produção, elas se fortalecem, porque aquele espaço também é de partilha e de acolhimento, bem como de (re) conhecimento de suas existências de gênero e raça.

Como a execução do projeto desenvolvido pela Fase, apoiado pelo FAE, estava incluso trabalhar a formação social e política das mulheres, a partir do contexto em que elas estavam inseridas. No período foram realizadas várias oficinas, seminários e formações com temas diversos, todos relacionados à autonomia, ao direito, à violência contra mulher. Trabalhamos também a autoestima

e economia feminina. Esses momentos formativos contribuíram muito para que as mulheres tivessem conhecimento de si e de sua importância na sociedade.

Foi a partir do coletivo que muitas das mulheres passaram a compreender o seu papel na sociedade enquanto sujeitas de direitos e passaram a entender que seus direitos e suas vontades também são válidos. Passaram a opinar sobre suas vidas, entendendo que elas são donas de suas escolhas. E também puderam ver o potencial que cada uma tem para seus coletivos, que vai desde os grupos de mulheres na comunidade até a coordenação de uma cooperativa e/ou sindicato.

É neste cenário que o movimento de organização das mulheres surge como forma de resistência e ressignificação de vida no campo. Com isso, as mulheres passaram a desenvolver um papel de protagonistas em sua família e em sua comunidade, tanto no aspecto econômico, quanto no aspecto social. É a partir deste panorama político que as agricultoras familiares, com o beneficiamento de sua produção, ganharam maior visibilidade, por demonstrar que podem ser economicamente produtivas, através da venda dos produtos beneficiados.

Levando em consideração a forma de produção pautada na agroecologia, que busca uma produção de subsistência e de comercialização de parte ou do excedente de sua produção, compreendo que, a forma de organização e produção que essas mulheres buscam, tem uma lógica e histórias que as antecedia. Informamos Biase (2007) que "(...) para estabelecer uma primeira ligação entre as relações de gênero e as relações de produção pautadas no enfoque da agroecologia, é importante compreender o envolvimento da mulher com a agricultura. A identificação feminina à produção de alimentos é histórica (BIASE, 2007, p. 34).

As integrantes do grupo de Mulheres em Progresso e da Cozinha Solidária de Tabuleiro da Santa são agricultoras familiares que estão na transição agroecológica de seus plantios e buscam desenvolver uma agricultura sustentável e orgânica, que busca equilíbrio ecológico. Uma forma de agricultura com base nos conhecimentos tradicionais que tem como premissa as relações justas e harmônicas entre os seres humanos e a natureza, com as relações sociais e econômicas. Trata-se de rever o modo capitalista de habitar o mundo, seus padrões de produção e consumo.

Ao valorizar o conhecimento local, a perspectiva agroecológica revela a importância das mulheres na construção de sistemas agroflorestais, quintais, hortas, manejo da criação de animais, entre outros sistemas produtivos. Introduzir o feminismo na construção do campo agroecológico contribui na ampliação do enfoque para além das questões tecnológicas, produtivas e ambientais. As questões sociais ganham evidência, incluindo a

busca da justiça e equidade nas relações de gênero (FERREIRA e MATTOS, 2012 p.41)

Para tanto, a agroecologia se diferencia dos demais movimentos de “tecnologia alternativa”, e promove a necessidade de intersecção entre as diferentes ciências naturais e sociais para compreender a inter-relação entre os processos ambientais, econômicos e sociais. Compreende a importância do fortalecimento do “tradicional” para estabelecimento de relações existentes e a importância da mulher neste processo.

O campo agroecológico busca articular, em sua configuração atual, um conjunto heterogêneo e diversificado de atores, lugares e modos de fazer, vinculando os processos de construção do conhecimento agroecológico aos distintos ambientes em que os mesmos se desenvolvem (SCHMITT, 2016, p. 24).

As mulheres são para a FASE sujeitos de direito e desta forma é um campo de atuação que está no contexto de trabalho da FASE, uma vez que a ONG trabalha com em defesa do direito das mulheres. Sendo desta forma um caminho de via dupla, pois as mulheres as quais a FASE assessora são agricultoras familiares, muitas delas com baixa escolaridade e, por vezes, submetidas às exclusões sociais e violências, desconhecem seus direitos. Desse modo, as formações políticas oferecidas a essas mulheres possibilitam que elas se reconheçam como peça importante no processo da valorização dos conhecimentos tradicionais e do cuidado com a natureza e com os indivíduos.

Neste trabalho, vamos também discutir essas questões que envolvem a propriedade da terra, a agricultura familiar e a divisão genereificada do trabalho, à luz do desenvolvimento de grupos de mulheres e as modificações que orientam novas posturas entre elas, por meio da construção coletiva. Traremos questões como as relações de produção, mulher e agroecologia gênero e raça no campo, para responder às nossas perguntas.

5. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E GÊNERO

Neste capítulo vamos trabalhar as organizações sociais com as quais as mulheres que integram os grupos Mulheres em Progresso, de Mutuípe e a Cozinha Solidária, de São Miguel das Matas se relacionam, a exemplo de associações, sindicatos, cooperativas e igrejas, etc. Desta forma, destacar em quais grupos

políticos os grupos de mulheres estão inseridos, a relação sócio histórica dos grupos com as respectivas organizações, além de apontar para os avanços que tiveram.

A necessidade de espaços de auto-organização das mulheres é latente diante das lutas cotidianas na busca por direitos, na construção por relações familiares mais iguais, na reivindicação diária por sua autonomia financeira, dentre outras questões. O feminismo e suas ações políticas constituem-se em um movimento que questiona todo um sistema que se legitima e se reafirma na reprodução desses valores de subjugação próprios ao patriarcado. E assim, assumindo-se que as mulheres têm de conquistar sua emancipação, e essa luta é casada com a necessidade de construir outra sociedade, torna-se ainda mais importante instrumentalizar as companheiras para isso.

Para as mulheres, o feminismo significa também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descobrimento das próprias potencialidades (...) é um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva. Desse processo, vem a constatação de que os problemas que as mulheres vivenciam enquanto indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas (COSTA e SARDENBERG, 2008 p.30).

O início de suas lutas e enfrentamento cotidiano por reconhecimento e valorização por ser mulher, sobretudo mulher do campo, nos leva a refletir quantos momentos de luta, debate e discussão são necessários, o que nos leva a entender que a administração do conflito depende, então, da política. Essa envolve coerção - principalmente como possibilidade - mas que não se limita a ela. (RUA 2015, p.2). Devemos dizer também que existe muita privação de direitos para as mulheres e que, em muitos casos, soma-se à interconexão com sua cor e raça.

5.1 Organização Política

Os movimentos sociais do campo têm incorporado às suas bandeiras de luta as questões ambientais, contestando a herança deixada pela Revolução Verde. Os movimentos têm promovido experiências concretas de produção e comercialização de produtos orgânicos, ecológicos, em geral produzidos em forma cooperativa ou associativa. Esta luta também foi assumida pelos movimentos de mulheres rurais, que, ao mesmo tempo em que participavam de movimentos mistos pela reforma

agrária e por políticas agrícolas diferenciadas para a agricultura familiar, construam as suas reivindicações específicas (SILIPRANDI, 2007).

Em consequência dos fatores acima citados, a economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Deste modo, os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento (BUTTO e DANTAS, 2011 p. 12).

Em decorrência disso os movimentos feministas buscam a emancipação das mulheres e de mudança nas relações entre os gêneros, traçam estratégias de mudança social. Ao mesmo tempo, assumiram as lutas ambientais, por meio de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. O discurso da busca do desenvolvimento sustentável para o campo e da construção de um outro modelo, através de experiências fundadas na agroecologia, geralmente se coloca em meio a um conjunto de mudanças sociais e políticas – de busca da equidade, da solidariedade, da inclusão social - entre as quais também se colocam, ainda que de forma pouco explícita, as mudanças nas relações de gênero (SILIPRANDI, 2007).

A autonomia jamais será absoluta e isso se explica porque o homem e a mulher enquanto indivíduos intercomunicam-se com a totalidade da cultura. Assim, a autonomia não pode ser entendida como autodeterminação do indivíduo, mas sim como um processo de universalização da consciência individual que ocorre na construção de comunidades e é somente dentro delas que o ser humano pode se considerar autônomo. São, portanto, atributos desse ser ético e moral a capacidade de reflexão, a capacidade de reconhecer-se como autor de suas ações, avaliando efeitos dela e assumindo as suas consequências.

Por autonomia, compreende-se a possibilidade de autodeterminação do indivíduo para organizar seu trabalho, definindo os propósitos e agindo em consequências deles, como a capacidade de gerar renda e de decidir a forma como ela será utilizada, para gastos próprios ou não (FERNANDES; MOTA, 2014, p. 10).

O alcance das políticas públicas e questionamentos pertinentes no que se refere à relação entre o trabalho e a autonomia das mulheres no meio rural é de total pertinência. É claro, o maior engajamento das mulheres nas tomadas de decisão e o aumento da autoestima e da autonomia econômica nos processos de produção, sem que, todavia, ocorra alterações no que diz respeito à posição social da mulher na estrutura familiar. A autonomia é caracterizada não somente pela obtenção de

renda, mas principalmente pela autodeterminação para organizar ao desenvolver o seu trabalho.

Autonomia a partir do ponto de vista das mulheres em diversos contextos nos ajuda a compreender como a inserção do universo feminino em cenários e rede de relações sociais externas à família possui capacidade de incluí-las, de fato, nesse universo masculino, e até que ponto tal inserção proporciona a livre iniciativa de tomar decisões individuais, efetuando seus poderes de escolha contrários às leis instituídas, mesmo quando estão envoltas de relações familiares em que elas não ocupam a chefia maior (NASCIMENTO; MOTA, 2019, p. 08).

A autonomia econômica é para que as mulheres tenham a capacidade produtiva de prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas. Não envolve apenas independência financeira e geração de renda, mas propicia também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir renda própria, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições pertinentes para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar.

Para que esta realidade seja transformada e aconteça um avanço na autonomia das mulheres camponesas, Ferreira (2017) destaca que é necessário avançar no debate de que as desigualdades entre homens e mulheres são socialmente construídas. A agroecologia pode contribuir nesta desconstrução, desde que as mulheres tenham suas demandas respeitadas, seus conhecimentos reconhecidos e seus trabalhos valorizados (FERREIRA, 2007). Ainda seguindo esta linha de raciocínio Santos (2017) afirma que,

A divisão sexual do trabalho se define pelo que é considerado produtivo, reforçando a ideia do homem como o provedor da família e, portanto, o responsável pelo processo de negociação e de tomada de decisão. São consideradas produtivas somente as atividades que geram renda e que, geralmente, aparecem como aquelas exercidas pelos homens. Já o trabalho reprodutivo é aquele realizado pelas mulheres no cuidado da casa, da alimentação, do marido, das filhas e dos filhos. Trabalho esse que nunca cessa, pois são elas as primeiras a acordar e as últimas a descansar. Segundo a PNAD (2011), as mulheres gastam, em média, 21,8 horas semanais para a realização das tarefas domésticas, enquanto os homens dedicam apenas 10,3 horas para as mesmas atividades (SANTOS, 2017 p. 12).

É muito gratificante saber que a causa do movimento feminista de modo geral está reverberando para todo território brasileiro. Algo que se iniciou timidamente em algumas capitais do país, foi ganhando uma força que hoje já é possível perceber que a sementinha da luta da mulher se multiplicou e está fazendo a diferença na

vida de muitas mulheres. Compartilhando da mesma ideia Butto e Dantas (2011) ressaltam que:

A superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e Sem Terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. (BUTTO e DANTAS, 2011, p. 14)

Muitas vezes a organização das mulheres rurais é provocada por elas mesmas, e em outros casos, os grupos vão surgindo a partir da mediação de outros agentes sociais. No entanto, ambas as formas, é válido ver o quanto as mulheres rurais tem se desenvolvido e buscado seu lugar ao sol, em busca de sua autonomia enquanto gênero.

Os grupos de Mulheres Cozinha Solidária e Mulheres em Progresso são organizações locais, que estão contidas nas Associações de Agricultores e Agricultoras Familiares da Comunidade. É como se os grupos de mulheres fossem um apêndice da Associação, tendo as mulheres um espaço de diálogo, resistência e de liberdade, podendo ter um momento só delas, onde podem conversar sobre seus problemas, bem como, uma ferramenta que ajudam as mulheres a se unir e se fortalecer enquanto coletivo. Para tanto:

A política incide sobre questões privadas de interesse coletivo, por exemplo, regulamentações de atividades econômicas, que se dão na esfera do mercado, e até mesmo regulamentação na esfera da família. Por exemplo, tudo que tem a ver com violência doméstica e tratamento indigno de vulneráveis no ambiente doméstico – mesmo sendo um espaço privado - é objeto da política, e é tratado enquanto bem público porque diz respeito a uma coletividade, requer o exercício do papel de proteção da integridade física dos indivíduos, que é um dever do Estado em relação à coletividade (RUA 2015, p. 3).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar é outra instituição política à qual os Grupos de Mulheres estão ligados. Uma vez que as mulheres são agricultoras e, muitas delas associadas ao sindicato, auxiliam as mulheres em muitos aspectos, como representante da categoria, como no auxílio ao acesso às políticas públicas a exemplo do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), dentre outras políticas, possibilitando também que as mulheres participem de atividades fora de seus municípios, dando o apoio na logística e na mobilização e na confiança da representação.

Instituições de organização social são resultados da mediação das contradições dialéticas que envolvem, de um lado, o caráter instituído das regras que se impõem pela força do direito, da tradição e da cultura, e, do

outro, a insatisfação com o status quo e a luta permanente pelas mudanças sociais. Compreende-se assim que, em qualquer forma instituída de organização social, sempre haverá as forças da situação em conflito com as forças da mudança (MATOS 2003, p.18).

Com o apoio de instituições como a FASE e o sindicato, os Grupos de Mulheres têm acesso a políticas públicas voltadas a agricultura familiar.

Em uma das idas a campo, anotei sobre o que as mulheres comentavam no grupo de Mulheres Cozinha Solidária. As integrantes relataram que foram contempladas com várias políticas públicas: habitação rural, cisternas, PNAE, ATER, capoeira, água encanada, que são políticas públicas acessadas através das parcerias que o Grupo realizou. As Políticas Públicas resultam da disputa entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que busca ou garantir seus interesses.

Assim, as políticas públicas são descritas por constituir-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real (AGUM, RISCADO e MENEZES, 2015, p.16). Sabemos que temos políticas públicas criadas para beneficiar a classe trabalhadora desse país, no entanto, muitas delas não são implementadas ou são implementada de forma ineficaz.

Esse caráter contraditório do nível institucional nos remete, mais uma vez, à questão da sustentabilidade do processo democrático, acrescentando que, tanto a estabilidade quanto à instabilidade não são sinônimos do desenvolvimento e da maturidade de uma sociedade. A dialética do processo democrático compreende a contradição como inerente à natureza da organização social e o conflito criativo como fonte de desenvolvimento. (MATOS, 2003, p.18).

Em uma outra visita ao grupo uma das falas das mulheres, foi a reclamação sobre a falta de segurança no campo que é uma ausência de política pública. O relato de uma das integrantes do grupo enfatiza que, nas dificuldades, o grupo se une ainda mais para superar a fase ruim. E a agroecologia é um modo de vida que tem proporcionado de forma significativa a valorização da mulher.

O discurso em torno das políticas públicas tem avançado nos últimos tempos e o campo de estudo em questão comporta múltiplos olhares. Com isso, é possível perceber que a formulação de políticas públicas pode gerar projetos, planos, programas que necessitam de acompanhamento e análise constante, visto que, o desenho e execução das políticas públicas sofrem transformações que devem ser adequadas às compreensões científicas e sociais, às lutas dos movimentos sociais e às demandas históricas, formuladas a cada época. Para se transformar em políticas

públicas, problemas públicos precisam encontrar o equilíbrio entre o que é tecnicamente eficiente e também o que é politicamente viável.

"A política pública é um conjunto de ações coletivas que o Estado ou outras instituições públicas realizam para enfrentar problemas públicos e sociais que afetam determinadas comunidades, setores ou grupos da sociedade" (AVRITZER, 2000 p.105). Segundo Avritzer, políticas públicas envolvem decisões tomadas pelos governantes e outros atores políticos para definir objetivos e alocar recursos para solucionar.

Uma política pública bem-sucedida deve levar em conta as necessidades e desejos dos sujeitos que serão beneficiadas por ela, além de ser planejada e implementada de forma transparente e responsável. É muito importante que se tenha o controle social, pois, a participação da sociedade civil no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, como forma de garantir que as decisões tomadas sejam democráticas e inclusivas.

Política pública é um processo complexo e dinâmico de formulação, implementação e avaliação de objetivos, metas, diretrizes e ações do Estado e de outros atores relevantes na sociedade, voltado para a solução de problemas públicos e para a garantia dos direitos e interesses da população. (DAGNINO, 2000, p15).

Segundo Dagnino, as políticas públicas são influenciadas por fatores como ideologias políticas, interesses de grupos de poder, pressão da opinião pública, recursos disponíveis, entre outros. A sua implementação envolve ações concretas por parte do Estado e de outros atores sociais, como organizações da sociedade civil, empresas, movimentos sociais, entre outros. A avaliação das políticas públicas, de acordo com Dagnino, é fundamental para identificar os seus resultados e impactos e para aprimorar a sua efetividade. A importância da participação cidadã no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, como forma de garantir que as políticas atendam às necessidades e interesses da população e sejam implementadas de maneira democrática e transparente.

As políticas públicas de educação do campo visam garantir o acesso à educação de qualidade para as populações do campo, considerando as suas demandas e necessidades. Essas políticas envolvem desde a elaboração de currículos e materiais didáticos específicos até a construção de escolas nas áreas

rurais, o fortalecimento da formação de professores para atuarem nesses contextos e a criação de programas de educação técnica e profissionalizante.

Dessa forma, as políticas públicas de educação do campo têm como objetivo promover a inclusão social e educacional das populações rurais, valorizando a sua cultura e saberes.

5.2 Educação do Campo

A educação do campo reconhece que o campo não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço de produção de vida e cultura, e que os sujeitos que nele vivem possuem uma identidade e uma cultura próprias que devem ser respeitadas e valorizadas.

Essa abordagem educacional busca superar a visão tradicional de que a educação rural é inferior ou secundária em relação à educação urbana, buscando uma educação mais contextualizada e que leve em conta as necessidades e demandas das comunidades rurais. Além disso, a educação do campo busca contribuir para o desenvolvimento sustentável do campo, promovendo a conservação do meio ambiente e o fortalecimento da agricultura familiar.

Uma educação do campo, que valorize a cultura local, que considere a realidade social e econômica das comunidades rurais, que forme cidadãos conscientes e críticos, capazes de atuar em prol da transformação social, e que esteja ligada à sustentabilidade ambiental, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (GADOTTI 2011, p. 47).

Moacir Gadotti defende uma educação do campo que valoriza a cultura local e considera a realidade social e econômica das comunidades rurais, uma educação do campo que pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de atuar em prol da transformação social comprometida com a sustentabilidade ambiental. Ao promover práticas sustentáveis de desenvolvimento rural, a educação do campo pode contribuir para a construção de uma sociedade mais equilibrada e responsável em relação ao meio ambiente.

Para tanto, a educação do campo não deve ser vista como uma adaptação daquilo que é urbano. Saviani (2008) critica a transposição de modelos e defende que a educação do campo “como uma modalidade específica de educação que busca articular as necessidades e os interesses das populações do campo com as demandas da sociedade em que se insere (SAVIANI, 2008, p. 27). O escritor

ressalta a importância de se considerar as particularidades das populações rurais na construção de políticas e práticas educacionais. Essa reflexão nos convida a repensar as práticas educacionais que são geralmente aplicadas nas áreas urbanas e que muitas vezes não são adequadas para as realidades do campo. É necessário considerar as características e necessidades dos/as estudantes e suas comunidades, e desenvolver metodologias e conteúdo que levem em conta as especificidades do meio rural.

A escola precisa ser uma instituição educacional, que promove a formação crítica e reflexiva dos/as alunos/as, tornando-os/as capazes de compreender a realidade e intervir nela de forma consciente e transformadora. Oferecendo aos indivíduos acesso às condições necessárias para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Para isso, é fundamental que a educação seja comprometida com a formação de cidadãos/as críticos/as e participativos/as, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e solidária.

A educação do campo não pode se limitar a ser uma adaptação do ensino urbano às condições do campo, nem pode desconsiderar as especificidades e demandas da população rural. É preciso que a educação do campo se proponha a ser um processo de construção de um novo modelo educacional, capaz de valorizar a cultura e a identidade dos estudantes e de suas comunidades (Freire, 1981, p. 57)

Segundo Freire, a educação do campo deve levar em conta as particularidades desses sujeitos, suas experiências de vida, suas lutas e desafios, e buscar construir um conhecimento a partir da realidade vivida por eles. Ele defende que os sujeitos do campo têm um papel fundamental na construção de uma sociedade inclusiva, e que a educação pode contribuir para o seu empoderamento e transformação social.

Primamos por uma educação que, considera as particularidades das populações rurais, suas culturas e identidades, e busca valorizá-las no processo educacional a partir da realidade vivida pelos sujeitos do campo, suas experiências, saberes e práticas, e busca construir um conhecimento a partir dessas vivências.

Além disso, a educação do campo que almejamos é uma educação que contribui para o desenvolvimento local e a preservação do meio ambiente. Ela deve estar vinculada às demandas e necessidades da sociedade em que se insere, e ser capaz de promover a conscientização e o empoderamento dos sujeitos do campo, com o objetivo de transformar a realidade em que vivem.

É preciso que sejam desenvolvidas políticas públicas específicas para as populações rurais, que garantam o acesso à educação de qualidade, à formação técnica e profissional, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. É necessário que sejam valorizados os saberes e práticas dos sujeitos do campo, e que sejam reconhecidos e respeitados seus direitos enquanto cidadãos.

5.3 Agroecologia

A agroecologia agrupa fontes alternativas de energia e sua principal inquietação é centrar todos os esforços num modelo tecnológico socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Como um campo interdisciplinar de investigação, dotado de princípios e métodos sistematizados, organizou-se em um período relativamente recente da história do conhecimento relacionado à agricultura. Segundo Gliessman (2000), o termo “agroecologia” surgiu na década de 1930 do Século XX, buscando designar a aplicação dos métodos da ecologia ao estudo dos cultivos agrícolas, tendo sido utilizado, desde então, por diferentes pesquisadores, que buscavam estabelecer conexões entre a ecologia e a agronomia.

Mas foi, sobretudo, a partir dos anos 1970/1980 que esse campo emergente do conhecimento passou a desenvolver um quadro conceitual e um conjunto de ferramentas metodológicas próprias, em estreita articulação com os saberes produzidos por agricultores, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, em diferentes contextos socioambientais (GLIESSMAN, 2000).

Assim, afirma-se que a agroecologia é um modelo de produção agrícola preocupado em manter a produtividade do solo por mais tempo que o convencional, faz uso de instrumentos que mantêm o solo fértil, podendo esse ser reutilizado em novos plantios, dispensando uso de substâncias químicas, valorizando o que é orgânico.

Gliessman (2000) entende a agroecologia como derivada da ecologia e da agronomia, com importante influência dos sistemas tradicionais de cultivo – sobretudo dos indígenas e camponeses – de países em desenvolvimento, que começaram a ser reconhecidos por muitos/as pesquisadores/as como exemplos importantes de manejo de agro ecossistemas, ecologicamente fundamentados.

Sevilla-Guzmán (2006) complementa dizendo que a agroecologia como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva, apresenta alternativa para a atual crise civilizatória. Sua estratégia, de natureza sistêmica, considera a participação dos agricultores, a organização comunitária e a relação das sociedades rurais, articuladas em nível local. Os sistemas de conhecimento (local, camponês e/ou indígena) são portadores de potencial endógeno, que permite potencializar a biodiversidade ecológica e sociocultural.

Sendo assim podemos dizer que a agroecologia está intimamente ligada com os saberes dos povos tradicionais, além de assumir relações interdisciplinares com várias disciplinas distintas, como agronomia, ecologia, biologia, antropologia, sociologia, história, entre outras (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011, apud SANTOS, 2019, p. 156).

Nesse contexto como uma forma alternativa, que procura ser sustentável, de se melhor utilizar o solo mitigando sua degradação, procura-se valorizar, dentre outras coisas, o “conhecimento de causa” do pequeno agricultor que vive da terra que cultiva. E a mulher, historicamente, desenvolveu a agroecologia em sua prática, uma vez que a identificação feminina à produção de alimentos é histórica. (BIASE, 2007, p. 34).

Muitas mulheres se organizam em movimentos agroecológicos para reivindicar seu protagonismo político, que incide nas próprias formas de organização do movimento. As agricultoras agroecológicas lidam com conflitos no interior das famílias e das comunidades para conseguir produzir em determinado espaço sem a contaminação por agrotóxicos proveniente de produções vizinhas. Elas buscam de forma permanente equilibrar o trabalho e a produção para autoconsumo e para venda. As mulheres, sobretudo as mais idosas da comunidade, também detêm inúmeros conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais, plantas indicadoras da condição do solo, e plantas alimentícias não convencionais.

É necessário avançar no debate de que as desigualdades entre homens e mulheres são socialmente construídas. A agroecologia pode contribuir nesta desconstrução, desde que as mulheres tenham suas demandas respeitadas, seus conhecimentos reconhecidos e seus trabalhos valorizados (FERREIRA, 2009).

A agroecologia, portanto, não é uma ciência nem um modelo de produção agrícola, mas uma intersecção de discursos científicos, a partir da reflexão de aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos que possibilitem a constituição de formas de produção equilibrados em tais aspectos e orientados para a busca de sustentabilidade. A definição de agroecologia é

pautada pelo princípio de que as alternativas de produção devem partir da própria comunidade, organizada e fortalecida quanto à identidade e valores locais (BIASE, 2007, p.41).

A participação das mulheres agricultoras familiares na produção agrícola/agroecológica e no associativismo comunitário assumindo cargos e funções de direção nos espaços organizativos e produtivos contribui para o crescimento pessoal, social e político dessas mulheres, levando-as a se empoderar no espaço público. Essa participação é viabilizada nos debates. Deste modo, como a agroecologia é uma construção social movida pelas convergências e disputas entre agentes econômicos e sociopolíticos em espaços territoriais definidos implicadas nas esferas de produção, transformação e circulação de valores, bem como, a distribuição social da riqueza gerada pelo trabalho (ANA,2017), ao envolver mulheres também contribui para sua construção política.

Seu desenvolvimento como um campo de pesquisa e intervenção tornou-se possível através da estruturação de redes de ativismo político e engajamento profissional que permitiram que esta abordagem fosse incorporada por uma comunidade de praticantes, incluindo pesquisadores, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e, eventualmente, por alguns segmentos críticos com atuação em organismos estatais ou vinculados a agências multilaterais de desenvolvimento.

Nessa trajetória, temas como o manejo ecológico dos solos, a diversificação dos sistemas de produção agrícola, a erradicação do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o resgate e conservação das sementes crioulas e raças localmente adaptadas de animais ganham novos contornos, no diálogo com as lutas de resistência das comunidades camponesas e com os movimentos de crítica e contestação aos impactos sociais e ambientais do processo de modernização da agricultura e ao crescente poder das grandes transnacionais sobre o processamento, a produção e o consumo de alimentos (SCHMITT, 2014, p.25).

A proposta tem propiciado a reflexão sobre as questões políticas de redistribuição, que dizem respeito ao direito à renda, à equidade no acesso aos recursos produtivos, à busca de autonomia econômica das mulheres no âmbito das relações familiares e às propostas de acesso aos recursos públicos. Ao mesmo tempo suscita questões relativas à identidade e ao reconhecimento dos diversos papéis das mulheres, assim como traz à tona a violência praticada contra elas, evidenciando processos que se inter-relacionam. Além disso, do ponto de vista pedagógico, o processo de sistematização cria espaços de autorreflexão das mulheres, onde se dá a construção de referências locais para a organização política

e produtiva delas, contribuindo tanto para a conscientização do seu trabalho quanto para seu reconhecimento.

Numa das idas a campo, as mulheres relatam que elas têm mais liberdade de tratar sobre os mais variados assuntos em suas reuniões pelo fato de não haver no grupo a presença masculina, nos sentimos mais à vontade. Algumas delas relatam também do medo que tinham de viajar e deixar seus lares, de dormir fora de casa e foi também a partir do grupo Mulheres em Progresso que elas aos poucos foram perdendo esse medo, ganhando autonomia e se tornando mais livres e capazes de desempenhar funções que até então elas achavam que não tinham capacidade de realizar. (Grupo Mulheres em Progresso)

A autonomia é um conceito que determina a liberdade de indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas. Neste contexto, Martins (2002) afirma que o tema da autonomia aparece na literatura acadêmica, em alguns casos, vinculado à ideia de participação social, e, em outros, vinculado à ideia de ampliação da participação política no que tange à descentralização e desconcentração do poder (MARTINS, 2002, p. 208). E no movimento feminista reivindica a participação das mulheres em espaços de poder e de tomada de decisão, que a mulher tenha o direito da participação.

As mulheres relatam que a partir da atuação do grupo elas passam a ter mais voz ativa, aprenderam a dialogar e a falar por si mesmo, anteriormente elas eram meramente ajudantes do marido e não tinham uma perspectiva de vida, todas submissas a seus maridos e tinham até medo de negar algo aos maridos, além de pedir permissão para tudo, principalmente, se fossem viajar ou participar de alguma atividade em outro município. Nos encontros do grupo falam sobre ser mulher, falam também de igualdade e de liberdade e o quanto o coletivo as ensinou a se impor e a se valorizar enquanto mulher. *“Nós mulheres trabalhamos na roça e fazemos o mesmo que os homens, então é justo que homens também façam o trabalho de casa. Com isso alguns homens também passam a contribuir mais com as atividades doméstica”* (Grupo Cozinha Solidária).

O movimento feminista brasileiro tem avançado, no entanto, atualmente as desigualdades ainda permanecem, a remuneração de seu trabalho é sempre inferior, as mulheres ganham menos que os homens e as mulheres em suas organizações ainda tem enfrentado muita resistência para ocupar um cargo diretivo.

A Educação é a principal via para o processo de transformação. Se as relações de gênero estruturadas a partir da diferença sexual são um dos mecanismos que tem sido usado para determinar condições desiguais entre homens e mulheres, então é a partir da educação e reeducação nesse campo que poderemos conseguir um nível de relações mais justas. Uma vez que, o “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta” (HARAWAY, 1995, p. 221).

5.4 Sobre Gênero

As relações sociais de gênero são inseparáveis das relações sociais de classe e raça, tanto no plano teórico como na prática de movimentos sociais de mulheres e trabalhadoras, os estereótipos são diferentes se as mulheres são ricas ou trabalhadoras, urbanas ou rurais, brancas, negras ou indígenas.

A compreensão da categoria *gênero*, dentro dos estudos feministas, é indissociável da compreensão da categoria *corpo*. Se a categoria *gênero* é tomada em uma das suas acepções mais frequentes, isto é, aquela que a define como o *sexo sociológico* (em oposição ao *sexo anatômico, corporal*), corre-se o risco de compreendê-la como uma realidade social *derivativa* de uma contingência biológica. A inscrição no gênero é uma das primeiras variáveis identitárias na qual os sujeitos são declinados. Importante ressaltar que a definição de gênero é sempre relacional: define-se como o feminino o não-masculino, e a partir das relações de gênero duas identidades sociais diferentes são construídas e compreendidas como mutuamente excludentes: homem e mulher. Sendo o homem associado ao sujeito universal, a mulher é associada ao “Outro” da cultura, definindo-se assim os homens como sujeitos livres das implicações de gênero (ALOS 2011, p. 426 apud FLAX, 1992, p. 228.)

Ao retornar para o diálogo da pesquisa, falar de gênero e em suas relações, na visita de campo é muito perceptível a fragilidade das mulheres camponesas com relação ao acesso aos direitos. São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios e a maioria delas não contam com o devido reconhecimento da sua condição de agricultora familiar e camponesa. Apesar disso, assumem de forma crescente a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar que integram. (BUTTO e DANTAS, 2011 p. 12)

E os grupos de mulheres, tem sido uma ferramenta para a tomada de conhecimento dessas questões bem como, um instrumento de fortalecimento para se manter na caminhada e de se afirmar mulher com sonhos, desejos e necessidades.

A divisão sexual do trabalho se define pelo que é considerado produtivo, reforçando a ideia do homem como o provedor da família e, portanto, o responsável pelo processo de negociação e de tomada de decisão. São consideradas produtivas somente as atividades que geram renda e que, geralmente, aparecem como aquelas exercidas pelos homens. Já o trabalho reprodutivo é aquele realizado pelas mulheres no cuidado da casa, da alimentação, do marido, das filhas e dos filhos. Trabalho esse que nunca cessa, pois são elas as primeiras a acordar e as últimas a descansar. Segundo a PNAD2 (2011), as mulheres gastam, em média, 21,8 horas semanais para a realização das tarefas domésticas, enquanto os homens dedicam apenas 10,3 horas para as mesmas atividades. (SANTOS, 2017 p. 12)

Ficou notório que as reuniões funcionam como uma seção no psicólogo pois, ao termino, as mulheres se sentem menos sobrecarregadas, as reuniões dos grupos proporcionam a essas mulheres momentos de descontração, como elas mesmas referem-se à reunião do grupo – Mulheres em Progresso.

As mulheres deixaram evidente também que o processo de Educação Popular que elas tiveram no momento da criação do coletivo foi fundamental para a formação política e social delas. Elas relatam da importância da comunicação e da forma de tratamento e de conversa entre elas.

Aqui no grupo falamos de tudo: de gênero, de mulher de igualdade e quanto o grupo ensinou a gente a se impor e a se valorizar enquanto mulher. Com isso os homens também passaram a contribuir mais com as atividades doméstica, ajudam a fazer as refeições, pois as mulheres na roça fazem o mesmo que os homens, então porque os homens também não pode fazer o mesmo que as mulheres? (Diário de campo – Grupo Cozinha Solidária, 2018)

Elas dizem que após participarem do grupo, as mulheres afirmam que conseguiram ampliar sua participação ativa na sociedade. Elas adquiriram habilidades de diálogo e expressão de ideias, algo que antes não tinham a oportunidade de fazer, já que eram relegadas ao papel de meras ajudantes do marido ou pai. Antes, essas mulheres não viam um futuro além do casamento e eram submissas aos seus parceiros, chegando a pedir permissão para atividades simples como viagens ou eventos em outros municípios.

Até a forma de falar de se expressar mudou, anteriormente era muito agressiva e de vocabulário medíocre. Com a formação, até mesmo para responder as ofensas, sabendo se posicionar com respostas afirmativas impositivas, sabe de sair sem baixar o nível (Diário de campo – Grupo Cozinha Solidária, 2019)

A autonomia política é importante, mas a autonomia econômica é fundamental para a emancipação da mulher. Com ela é possível ter mais liberdade e o poder de decisão se torna mais viável, além de dar uma segurança no momento da escolha. A economia feminista é para entender e colocar a lógica da vida em primeiro lugar. Uma proposta política que visa superar todas as injustiças, propondo um reordenamento das prioridades econômicas. O centro da economia não pode ser a reprodução irrestrita do lucro, mas o bem estar das pessoas, a sustentabilidade da vida humana.

Garantir o acesso das mulheres ao trabalho remunerado (...) é outra ação que integra uma política promotora de autonomia econômica as trabalhadoras rurais também realizaram importante luta nos anos 1980 pelo reconhecimento de sua profissão de agricultora, com o direito ao auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria. As reivindicações incluem também o acesso aos meios de produção (água, terra, sementes e equipamentos), ao crédito para financiar a produção e ao acompanhamento técnico, inclusive para a produção dos quintais majoritariamente para o autoconsumo e para o incremento da comercialização. (BRASÍLIA, CADERNO DE FORMAÇÃO/SPM, 2016 p.15)

A autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas. Ela não envolve, portanto, apenas independência financeira e geração de renda, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar. (CADERNO DE FORMAÇÃO, 2016, p.05)

Com a economia feminista, aprendemos que a economia não pode ser apenas um assunto de especialistas, de fórmulas e números. A economia é parte da nossa experiência cotidiana de produção do viver, é nosso trabalho no mundo público, mas também nosso trabalho não remunerado no mundo privado. Para mudar essa sociedade, que é capitalista, racista e patriarcal, precisamos transformar a lógica que organiza a nossa vida com base nos tempos e nos interesses do mercado. É preciso reconhecer e valorizar a experiência histórica das mulheres, que garantem com seu trabalho cotidiano a sustentabilidade da vida. É preciso colocar a lógica da produção do viver em primeiro lugar e dividir esta responsabilidade com os governos, os homens e toda a sociedade. (SOF. 2014, p 03)

Uma definição muito complexa, quando pensamos na sociedade atual, que é pautada no machismo e no patriarcado, -e entender o quanto isto se move no subconsciente das pessoas, sugerindo a submissão da mulher ao homem, tirando muitas vezes o direito de escolha das mulheres. Na sociedade, machista, sexista e patriarcal na qual nós vivemos e que construiu esses padrões, qualquer forma de comportamento, posicionamento e colocações que façamos e que venha de

encontro as imposições postas pela sociedade nos deixa vulneráveis a vários tipos de violências e preconceitos.

O gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem aparentemente tão fixo quanto o sexo". Ao problematizar essa relação termo a termo do sexo com o gênero, a própria validade da categoria pessoa é desestabilizada, uma vez que ela sempre emerge no discurso de maneira engendrada e sexuada. (ALÓS, 2011)

Deste modo, as lutas a partir do gênero, deslocam os sentidos atribuídos binariamente e criam novas significações para as feminilidades. O gênero seria um lugar de luta contra os sentidos rígidos socialmente atribuídos. A luta das mulheres agricultoras é constante e quando são mulheres negras isso tem um diferencial, pois já traz em sua trajetória histórica marcas de um legado de resistência, de luta e de superação desde a diáspora forçada.

As mulheres agricultoras familiares são constituídas sócio e culturalmente numa relação de classe, gênero e de raça que as colocam em lugar de vulnerabilidade e negação de direito. Ao se afirmarem como mulheres negras que estão dispostas a construir uma sociedade mais justa e solidária para que seus descendentes possam desfrutar de sua cidadania, elas se mantem firmes em seus ideais de sociedade. Para tanto, Ângela (Davis, 2013) descreve no seu livro, como se sente uma mulher negra.

Encontramos nas nossas definições elementos que nos oprimem na condição sexista de objeto sexual; que nos caracterizam apenas na dimensão estética; que nos reduzem à condição de capacidade de ser mãe. Constatamos que na imagem que temos de nós mesmas está a apreciação que o machismo faz de nós e os papéis que a sociedade patriarcal nos incumbiu de desempenhar (DAVIS 2013, p.03).

Ser mulher negra é enfrentar a dor, enfrentar a luta cotidiana, tentar sobreviver e seguir mais adiante. A dor não vai passar, mas a mulher negra se levanta generosamente para lutar de forma que outras não experimentem o que ela viveu. É de mulheres negras quilombolas do campo o choro, mas também a liderança na busca por justiça e o grito pelo acesso à terra. É das jovens estudantes a cobrança crescente pela qualidade à educação. É das mulheres o apelo pelo direito a decidir pelo próprio corpo. É preciso lembrar que a vulnerabilidade poderia abater estas mulheres, mas este grupo se consolida como uma importante força motriz da mudança. E com generosidade e solidariedade, elas se levantam

diariamente e lutam para que outras mulheres não passem por suas dores e dificuldades. Com isso Carneiro (2011), relata um sobre a luta negra:

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminilização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2001, p.2).

As mulheres negras são relegadas à posição de subordinadas; porém, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante à mulher branca. A partir dessa percepção, a conscientização a respeito das diferenças femininas foi ganhando cada vez mais corpo. A atenção e a produção de conteúdo foram dedicadas às discussões de raça e classe, buscando romper uma zona de conforto que o ativismo feminista branco cultivava, especialmente aquele que limitava sua ótica aos problemas das mulheres de boa condição financeira e acesso à educação. É aí que as mulheres negras começam a se reunir e fazer luta específica.

A necessidade de lutar por pautas específicas fez com que as mulheres negras, no bojo destes movimentos hegemônicos, buscassem unir-se para criar o próprio movimento social, reivindicando, deste modo, sua posição de mulheres negras. Essa percepção surgiu na participação constante nestes dois movimentos, em que a atuação e as demandas das mulheres negras, muitas vezes, eram colocadas como secundárias pelos companheiros de militância.

Supondo que todas passam pelos mesmos problemas e desejam as mesmas coisas, o Feminismo que não se atenta para as especificidades de cada grupo feminino acaba atuando sob omissão, muitas vezes deliberada. As necessidades das mulheres negras são muito peculiares e sem que seja feita uma profunda análise do racismo brasileiro, é impossível atender às urgências do grupo.

Inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que interseções entre classe e raça ficaram aparentes. Dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica. Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora eram

mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes. Elas eram minoria dentro do movimento, mas a voz da experiência era a delas. Elas conheciam melhor do que suas companheiras com privilégio de classe, de qualquer raça, os custos da resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas sabiam o que significava lutar para mudar a situação econômica de alguém (HOOKS, 2018 p.25)

Outra face perversa do racismo atrelado ao sexismo é a jornada tripla de trabalho. As trabalhadoras se distanciam de seus lares e filhos para que possam prover sustento. Chegar em casa após um longo dia de labuta e, ainda assim, precisar cumprir mais tarefas domésticas é uma realidade exaustiva que pode ser relatada por milhares de mulheres negras.

Avançar na construção de um campo político crítico ao projeto desenvolvimentista dominante, isso tem sido feito por meio da mobilização pela garantia e fortalecimento dos direitos humanos e de políticas públicas e de práticas de controle e participação social.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2001, p.119)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada junto a dois Grupo de Mulheres Agricultoras Familiares, da comunidade de Tabuleiro da Santa e Pau Seco, dos municípios de Mutuípe e São Miguel das Matas, no período de 2018 a 2022, tendo como objetivo principal compreender como as escolhas políticas e produtivas das mulheres agricultoras familiares – expressas em construção de autonomia - interferem e orientam a produção na agricultura familiar em sua comunidade.

Os caminhos percorridos durante a elaboração nos levaram a observar que os grupos de mulheres durante sua caminhada, com as formações e com os conhecimentos adquiridos em vivências em grupo conseguiram avanços

significativos, por questões, políticas, de afinidade ou de convivência apenas uma parcela das mulheres são integrantes dos referidos grupos, o que limita um maior avanço por parte da comunidade.

Antes da formação de grupos, essas mulheres estavam limitadas às tarefas domésticas e ao trabalho na agricultura. A falta de conhecimento e insegurança para realizar tarefas simples era uma realidade para a maioria delas. Muitas estavam acostumadas a conviver apenas com a família, e algumas sequer participavam das reuniões da associação por acreditarem que as tarefas eram destinadas a pessoas com níveis mais elevados de escolaridade, inteligência ou destinadas apenas a homens. Ao pensar assim se sentiam inseguras para se tornarem lideranças comunitárias ou presidente da associação, na igreja elas sempre foram bem atuantes.

Com relação ao trabalho na agricultura, muitas vezes realizado em família, desde o preparo do solo até a colheita, a produção é geralmente vendida a um atravessador na comunidade ou em um armazém na cidade. As áreas de produção menores são geralmente gerenciadas pela mulher e seus filhos, e a renda obtida dessa área é usada para sustentar os filhos e a mãe. Com a organização das mulheres para beneficiar sua produção e vender para a merenda escolar do município, a comercialização começa a mudar. Ao beneficiar a própria produção, a mulher agrega valor ao produto e pode vendê-lo por um valor mais justo. No entanto, a venda de produtos in natura ainda acontece porque o grupo não beneficia toda a produção. Além disso, a venda para o atravessador gera um recebimento instantâneo, enquanto a venda para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) gera um recebimento mensal.

A partir da formação do grupo e o advento da assistência técnica, foi apresentado para as mulheres a agroecologia, uma abordagem da agricultura que busca promover a sustentabilidade, a preservação do meio ambiente e a justiça social por meio de práticas agrícolas que são ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas. Com técnicas agrícolas sustentáveis, como o manejo integrado, controle de pragas e doenças, a rotação de culturas, a adubação verde, a compostagem, a agricultura de base agroflorestal, promove a agricultura familiar e a produção local, ajudar a reduzir a dependência de insumos externos e fortalecer a economia local.

A prática da agricultura convencional apresenta um alto custo de produção, uma vez que envolve a compra de insumos como sementes, fertilizantes e defensivos químicos. Além disso, essa forma de produção pode ser prejudicial à saúde humana, uma vez que os defensivos químicos podem ser nocivos. Por outro lado, a produção de alimentos de forma tradicional foi bem recebida pelos grupos de mulheres, que realizou mutirões e dias de campo para socializar e replicar as práticas agrícolas. Por meio de oficinas de gestão e viabilidade, as mulheres aprenderam a gerar sua própria renda, o que é conhecido como renda feminina.

A agroecologia propiciou a autonomia de produzir seus próprios alimentos, sem depender de sementes transgênicas ou insumos químicos. Além disso, a diversificação de cultivos promovida pela agroecologia contribui para aumentar a segurança alimentar nas comunidades rurais, uma vez que reduz a dependência de monoculturas e favorece a produção de alimentos saudáveis e nutritivos, que foram consumidos e comercializados, na merenda escolar, na comunidade local, na feira livre além da troca e doação.

Vejo como um avanço que ficou para os Grupos foi o Fundo Rotativo Solidário. Com esta ferramenta há possibilidades de que seja gerada a autonomia financeira, e seja possível o financiamento dos custos de produção e acesso ao crédito de forma desburocratizada.

Foi percebido também que a maior motivação das mulheres é a organização para a produção e comercialização. Não que isso não seja importante, mais sabemos que o processo de autonomia e emancipação não se dá apenas no âmbito financeiro, mais também no âmbito social e político. Pensamos que as discussões das questões políticas, com relação e com relação aos avanços das pautas feministas no que tange a igualdade de direitos e oportunidades precisam ser aprofundadas, contudo que isso seja garantido a partir da partilha no local visando a experiência local, que leva em consideração os saberes das mulheres.

É a partir destas constatações que se pode afirmar que o processo de formação ela precisa ser continuada e permeada por várias pedagogias como preconizam os processos educativos ligados à educação do campo.

7. REFERÊNCIA

ABREU, L. S. A construção da relação social com o meio ambiente entre agricultores familiares da mata atlântica brasileira. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2005.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e políticas públicas. Lua Nova, São Paulo, n.50, p.95-122, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102

ALMEIDA. Débora Aparecida, LEMOS. Silse Teixeira de Freitas e NASCIMENTO. Nilma Angélica dos Santos Sara Diniz **O TRABALHO DAS MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR À INDÚSTRIA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: o processo sócio-histórico na divisão sexual do trabalho, a exploração e os reflexos da acumulação flexível** 2015.

BIASE Laura de. **A Articulação entre o Campesinato e Agroecologia: Espaços Femininos e Masculinos.** *Universidade de São Paulo. Pós-Graduação em Interunidades em Ecologia Aplicada. Piracicaba – SP* Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais n.13, 2010

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. Vértice, 1990. p.40-5

COSTA, Ana Alice Alcantara e SARDENBERG, Cecília Maria B. O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas /, organizadoras. – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27-28 de agosto de 2001

CASTORIADIS, C. A **Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2005). Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 1-32). Thousand Oaks, CA: Sage.

DAVIS, Angela, 1944- *Mulheres, raça e classe*; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades*. In: AVRITZER, Leonardo; BAIANO, Alex (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 13-41.

FERREIRA, Ana Paula Lopes e MATTOS Luis Cláudio. *Convergências edivergências entre feminismo e agroecologia*. Agroecologia/artigos, 2012.

FERNANDES, T.; MOTA, D. M. da. “É sempre bom ter o nosso dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. *RESR. Piracicaba*, São Paulo, v. 52, Nº 01, p.009-024, jan./mar., 2014.

FREIRE, Paulo, 1967. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

Freire, P. (1981). *Educação e mudança*. Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____file:///c:/users/fase/desktop/projeto%20de%20pesquisa/orienta%c3%87
%c3%95es/caderno_territorial_188_vale%20do%20jiquiri%c3%83%c2%a7%c3%83
%c2%a1%20-%20ba.pdf

Gadotti, M. (2011). Educação do campo: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 329-345.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GROPPO, Luís Antonio; ANTÔNIO, Severino. A participação do educador na pesquisa em Educação Sociocomunitária: observação participante e pesquisa participante. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 143-155, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2023.

GUZMÁN CASADO, G.; MOLINA, M. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid; Barcelona; México: Mundi-Prensa, 2000.

_____ gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. **Caderno de Formação** – : SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH. Papel I. Trabalho, II. Autonomia Econômica – Mulheres, III. Diretos – Mulheres, IV. Políticas públicas – Mulheres, V. Gênero Mulheres. Brasília, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

MOTA, Dalva Maria da e Nascimento. Diocélia Antônia Soares do e (2019): “O conceito de autonomia em estudos sobre mulheres”, Revista Caribeña de Ciencias Sociales (enero 2019).

_____mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais - Portal Embrapa pesquisa realizada 31/01/2021. As 11:00h

MARQUES, J. P. A “OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE” NA PESQUISA DE CAMPO EM EDUCAÇÃO. Educação em Foco, [S. l.], v. 19, n. 28, p. 263–284, 2016.

NETO, C. R. e NASCENTE, A. S. O agronegócio da fruticultura na Amazônia: um estudo exploratório. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA. ISSN 0103-9865), Porto Velho, RO; 2005.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Lima e PINILLA. Nara Nara. A PERCEPÇÃO SOBRE OS QUINTAIS RURAIS POR MULHERES AGRICULTORAS DO SERTÃO DO PAJEÚ- PE. Caderno de ciências sociais da UFRPE. Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019

_____plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá, Amargosa – BA, CODETER Vale do Jiquiriçá, UFRB, CNPq, MDA, 2017. PTDRSS – CODETER Vale do Jiquiriçá, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

PACHECO, Alessandro Mendes, SANTOS, Izabella Ribeiro Cardozo e SILVA, Thiago Ferreira Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária é uma publicação semestral da Faculdade de Medicina veterinária e Zootecnia de Garça – FAMED/FAEF e Editora FAEF, mantidas pela Associação Cultural e Educacional

_____Projeto Geografar – **A geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/CNPq)**. Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária – Mutuipe (1940 – 2006).

Saviani, D. (2008). Educação do campo: questões para reflexão. Cadernos de Pesquisa, 38(133), 27-46.

SANTOS, LEOVIGILDO APARECIDO COSTA. Agroecologia e conhecimento tradicional: uma análise bibliométrica. Tecnia - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG. v. 5, p. 153- 179, 2019. Disponível em: .Acesso em: 27 out. 2021

_____SOF Sem previva Organização Feminista. **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar** / Sempreviva Organização Feminista. – São Paulo, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
